



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



O PRESIDENTE DA AUTARQUIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, e ainda nas Leis Municipais n.ºs 1.700 e 2.983 e Decreto Municipal n.º 7.690, resolve:

TORNAR PÚBLICA

a realização de CONCURSO PÚBLICO para selecionar candidatos destinados ao provimento dos cargos de Advogado, Assistente Social, Auxiliar de Serviços Gerais, Contador, Médico Perito e Técnico Administrativo, constantes do **quadro Estatutário**, mediante condições estabelecidas neste edital:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Concurso Público será executado pela empresa CEC – Concursos e Editora Curitiba Ltda. e será supervisionado pela Comissão Especial de Concurso, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 7740, de 15 de abril de 2012.
- 1.2. O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas existentes e daquelas que vierem a ser abertas, durante o período de validade do Concurso Público, no nível inicial de remuneração, em cargos do quadro próprio de servidores da Autarquia Municipal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.
- 1.3. O concurso será composto de Prova de Conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório e de Prova de Títulos, de caráter classificatório e exclusivamente para os cargos de nível superior.

2. DOS CARGOS

2.1. Grupo Nível Superior – Regime Estatutário

Cargo	Requisitos Mínimos	N.º de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração Inicial Bruta
Assistente Social	Diploma de graduação em Serviço Social e registro no CRESS.	CR	40	R\$ 2.180,00
Advogado	Diploma de graduação em Direito e registro na OAB.	01	20	R\$ 2.180,00
Contador	Diploma de graduação em Ciências Contábeis e registro no CRC.	01	40	R\$ 2.180,00
Médico Perito	Diploma de graduação em Medicina, com especialização em perícia e registro no CRM.	CR	4	R\$ 2.422,00

2.2. Grupo Nível Médio Administrativo – Regime Estatutário

Cargo	Requisitos Mínimos	N.º de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração Inicial Bruta
Técnico Administrativo	Ensino Médio completo.	01	40	R\$ 1.211,00

2.3. Grupo Nível Médio Serviços Gerais – Regime Estatutário

Cargo	Requisitos Mínimos	N.º de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração Inicial Bruta
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio completo.	01	40	R\$ 667,00





REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



3. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

3.1. Grupo Nível Superior – Regime Estatutário

Assistente Social – Cabe ao Assistente Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade; prestar atendimento e acompanhamento aos usuários dos serviços prestados pela Autarquia do RPPS e aos seus servidores, aposentados e pensionistas; elaborar, executar, avaliar planos, programas e projetos na área de Serviço Social e Reabilitação Profissional; realizar avaliação social quanto ao acesso aos direitos previdenciários e assistenciais; promover estudos sócio-econômicos visando à emissão de parecer social para subsidiar o reconhecimento e a manutenção de direitos previdenciários, bem como a decisão médico-pericial; executar de conformidade com a sua área de formação as demais atividades de competência da Autarquia do RPPS, de acordo com as determinações do superior hierárquico; elaborar laudos e relatórios, quando necessário; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Advogado – Cabe ao Advogado representar judicial e extrajudicialmente a autarquia mandatária, nas ações em que esta for autora, ré ou interessada, acompanhando o andamento do processo, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo a audiências e outros atos, para defender direitos ou interesses, por força dos poderes conferidos no mandato; exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos a Autarquia do RPPS; emitir pareceres jurídicos, sempre que for solicitado, prestando assistência jurídica de forma constante; redigir ou elaborar documentos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões relacionadas às Áreas do Direito, com observância da legislação, forma e terminologia adequadas aos assuntos em pauta, inclusive para utilização na defesa de sua mandatária; exercer a atividade de assistir a autoridade superior assessorada no controle interno da legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados; conhecer da legislação, principalmente daquela que rege o funcionamento da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Contador – Cabe ao Contador promover os lançamentos contábeis da despesa e da receita da Autarquia do RPPS; relacionar e classificar a despesa e os empenhos do pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título; controlar e classificar as receitas, bem como conferir diariamente os extratos contábeis; elaborar e manter atualizados relatórios contábeis; assinar balanços e balancetes; manter atualizadas a fixas de despesas e arquivos de registros contábeis; elaborar as folhas de pagamento de aposentados, pensionistas e conselheiros; promover a prestação, acervo e conciliação de contas; Participar da implantação e execução de normas e rotinas de controle interno; elaborar demonstrativos contábeis e a Prestação de Contas Anual da Autarquia; prestar assessoria e preparar informações econômico-financeiras; atender às demandas dos órgãos fiscalizadores e realizar pericia; providenciar a guarda de toda documentação para posterior análise dos órgãos competentes; atender às solicitações do Ministério da Previdência Social quando da realização de auditorias; manter atualizados os cadastros junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná; operar os sistemas de contabilidade, preenchimento do SIM-AM e SIM-AP; participar da elaboração do orçamento até sua conclusão final, acompanhar e controlar sua execução; acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; emitir empenhos de despesas e ordem bancária; relacionar notas do empenho, subempenho e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com despesas orçamentárias; controlar os serviços orçamentários, inclusive a alteração orçamentária; elaborar balancetes, balanços e demais anexos exigidos por leis, bem como as prestações de conta do RPPS, com observância dos prazos legais; elaborar registros contábeis da execução orçamentária; proceder à escrituração de todos os atos relacionados à gestão do patrimônio da Autarquia, bem como de outros documentos sujeitos à escrituração de operações relativas a direitos e obrigações decorrentes de contratos, convênios ou outros termos firmados; fiscalizar, controlar e codificar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, bem como, os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferências; organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis; expedir termos de responsabilidade referente a bens móveis e imóveis de caráter permanente; inventariar anualmente, o material e os bens móveis permanentes da Autarquia; coordenar e controlar pormenorizadamente as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro, inclusive os gastos com diárias e cursos; conhecer a Lei Complementar n.º 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal e demais, que regem o funcionamento da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira, dando efetividade; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Médico Perito – Cabe ao Médico Perito comprovar a situação alegada; avaliar o potencial laborativo do segurado no que se refere aos aspectos físicos, colhendo dados necessários ao seu parecer quanto às contra-indicações,



potencialidades e o prognóstico retorno ao trabalho, solicitando, inclusive, a descrição da função desempenhada pelo segurado; solicitar exames e pareceres especializados à rede credenciada, inclusive quanto a necessidade de órtese e/ou prótese; realizar análise de postos de trabalho; identificar os casos passíveis de reabilitação profissional; preencher formulário próprio definindo o potencial para retorno ao trabalho, fazendo observações quanto à necessidade de órtese e/ou prótese; solicitar a avaliação do Orientador Profissional no momento oportuno, quando da estabilização do quadro clínico do segurado; participar com o Orientador Profissional da análise conjunta dos casos para a conclusão da avaliação do potencial laborativo (aspectos físicos + aspectos sócio-econômicos profissionais) e elaboração de programas profissionais, preenchendo e assinando campo próprio do formulário; avaliar intercorrências médicas; definir compatibilidade física de ocupações, utilizando os seus conhecimentos técnicos, análise de funções ou outros meios técnicos, desde que necessário; participar com o Orientador Profissional de reavaliação conjunta do caso, com o objetivo de direcionamento do programa profissional (se necessário) e para o encaminhamento do programa profissional; participar com o Orientador Profissional da elaboração de laudo conclusivo do Programa Profissional desenvolvido com o segurado; desempenhar as demais atividades médico-periciais que lhe são pertinentes, como alta pericial após encerramento do Programa de Reabilitação; participar de equipes volantes; participar de palestras e seminários divulgando a Reabilitação Profissional; caracterizar o estado de saúde ou doença; definir a incompatibilidade da doença com a atividade a ser exercida pelo servidor; respeitar a boa técnica médica; cumprir a disciplina legal e administrativa; emitir laudos periciais conclusivos; concluir pela concessão ou não do benefício; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

3.2. Grupo Nível Médio Administrativo – Regime Estatutário

Técnico Administrativo – Cabe ao Técnico Administrativo prestar apoio técnico-administrativo em atividades relacionadas à organização e execução de tarefas que envolvam função suporte; exercer a atividade de controle, recebimento, conferência e distribuição dos processos administrativos; controlar o recebimento e expedição de correspondências; fazer o encaminhamento à imprensa oficial e/ou dos documentos e atos administrativos destinados a publicação; participar do controle de requisições e recebimento do material de escritório, acompanhar recebimentos em geral; elaborar os relatórios estatísticos, realizar diligências, redigir ofícios, cartas, circulares, memorandos, quadros demonstrativos e outros, providenciando a reprodução, encadernação e distribuições, se necessário, datilografar ou digitar textos diversos, transcrevendo originais, manuscritos ou impressos; organizar e manter os cadastros atualizados, arquivar documentos respeitando as regras e procedimentos de arquivo; cadastrar e atualizar fichas de aposentados, pensionistas e conselheiros; operar sistemas informatizados, inserir informações no banco de dados da Autarquia, auxiliar o setor de contabilidade e RH no que lhe for solicitado; executar os serviços de recepção, atender a chamadas telefônicas, anotando e /ou enviando recados e dados de rotina; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

3.3. Grupo Nível Médio Serviços Gerais – Regime Estatutário

Auxiliar de Serviços Gerais – Cabe ao Auxiliar de Serviços Gerais ser responsável pela limpeza, interna e externa das dependências e instalações da Autarquia do RPPS, bem como pela conservação, tarefa a ser executada diariamente; ser responsável pelo controle do estoque do material de limpeza que lhe está afeto aos serviços da autarquia; executar os serviços de copa e café, quando chamado a realizá-lo; controlar estoques de eventuais gêneros alimentícios verificando o consumo diário e suprimindo ou solicitando o suprimento necessário; auxiliar, quando necessário, a servir lanches e refeições em eventos programados, ou internamente durante o horário de expediente; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

4. DA INSCRIÇÃO, DA TAXA, DO REQUERIMENTO E DEMAIS EXIGÊNCIAS NO ATO

- 4.1. O pedido de inscrição deverá ser efetuado exclusivamente via Internet, por meio do endereço eletrônico www.concursocec.com.br/concursos, sendo que serão disponibilizados computadores com acesso ao portal das inscrições na Agência do Trabalhador, situada na Rua XV de Novembro, 458, Centro, Palmeira-PR, durante os dias úteis do período de inscrições no horário das 8h às 11h 30min e das 13h às 17 horas.
- 4.2. Não será aceita inscrição por via postal, fax ou correio eletrônico.
- 4.3. Antes de efetuar a inscrição, o interessado deverá conhecer este Edital na íntegra e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura no cargo pleiteado, sendo que o pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, nem haverá isenção total ou parcial, salvo nos casos de o candidato estar desempregado, nos termos da Lei Municipal n.º 2.877/2009 e do Decreto Municipal n.º 6.510/2009, ou de o candidato ser doador de sangue, nos termos da Lei Municipal n.º 2.943/2009, ou de anulação plena deste Concurso Público.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



- 4.4. O candidato **desempregado**, que optar por realizar a inscrição com o benefício conferido pela Lei Municipal n.º 2.877/2009 (**isenção da taxa de inscrição em Concurso Público**), deverá, obrigatoriamente, apresentar até o dia **11 de maio de 2012** enviando por Sedex para o endereço da instituição organizadora do Concurso Público, situada na Rua Lamenha Lins, 59, Centro, Curitiba-PR, CEP: 80250-020, cópia da Carteira de Trabalho, certidão CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, expedida pela Previdência Social, declaração informando o órgão ou empresa em que por último esteve empregado, declaração informando o período em que se encontra sob a condição de desemprego e declaração atestando que não está exercendo atividade remunerada seja ela formal ou informal, sob as penas da Lei e consequente eliminação do Concurso Público.
- 4.5. O candidato **doador de sangue**, que optar por realizar a inscrição com o benefício conferido pela Lei Municipal n.º 2.943/2009 (**isenção da taxa de inscrição em Concurso Público**), deverá, obrigatoriamente, apresentar até o dia **11 de maio de 2012** enviando por Sedex para o endereço da instituição organizadora do Concurso Público, situada na Rua Lamenha Lins, 59, Centro, Curitiba-PR, CEP: 80250-020, comprovante de duas doações de sangue, efetuadas no período dos últimos 12 (doze) meses, expedidas por bancos de sangue ou instituições de saúde vinculadas ao SUS (Sistema Único de Saúde). A isenção da taxa será concedida somente se comprovado o transcurso de 3 (três) meses da última doação.
- 4.6. Para as solicitações de isenção da taxa de inscrição, as cópias dos documentos exigidos poderão ser autenticadas pela pessoa responsável pelo recebimento das solicitações na instituição organizadora do Concurso Público, situada na Rua Lamenha Lins, 59, Centro, Curitiba-PR, e no caso de envio por Sedex deverão, obrigatoriamente, estarem autenticadas em Cartório e serem enviadas até a data limite de **11 de maio de 2012**.
- 4.7. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos e que queiram participar do certame deverão gerar a segunda via do boleto por meio do endereço eletrônico www.concursocec.com.br/concursos (acesso a área exclusiva do candidato) e efetivar seu pagamento na forma do subitem 4.10 (quatro ponto dez) deste Edital.
- 4.8. Os candidatos somente poderão se inscrever para um único cargo. Caso haja efetivação da inscrição, mediante pagamento da taxa correspondente, referente a mais de uma inscrição, pelo mesmo candidato, será considerada apenas a que o candidato prestar a Prova de Conhecimentos.
- 4.9. Para efetuar a inscrição, é indispensável o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
- 4.10. As inscrições deverão ser realizadas no período das **8 horas do dia 30 de abril de 2012 até as 23 horas do dia 17 de maio de 2012** (horário de Brasília), devendo o candidato preencher, obrigatoriamente, de forma completa e correta, todos os campos da ficha de solicitação de inscrição, fazer a conferência das informações, imprimir o boleto bancário e pagar a taxa de inscrição em qualquer agência bancária do território nacional, ou pela Internet via “bankline” até, inclusive, o dia **18 de maio de 2012**.
- 4.11. A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato de todas as condições estabelecidas neste Edital, devendo declarar na ficha de solicitação de inscrição que tem ciência e concorda que, quando convocado, deverá entregar todos os documentos comprobatórios exigidos para o cargo, por ocasião da nomeação.
- 4.12. O boleto bancário referido no subitem 4.10 (quatro ponto dez) deverá ser impresso pelo candidato, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição.
- 4.13. **O valor da taxa de inscrição será o seguinte:**
- R\$ 80,00 (oitenta reais)** para os cargos de Nível Superior - Regime Estatutário;
 - R\$ 50,00 (cinquenta reais)** para o cargo do Nível Médio Administrativo – Regime Estatutário.
 - R\$ 30,00 (trinta reais)** para o cargo do Nível Médio Serviços Gerais – Regime Estatutário;
- 4.14. As inscrições realizadas com pagamento após a data citada no subitem 4.10 (quatro ponto dez) serão indeferidas.
- 4.15. No caso do pagamento da taxa de inscrição ser realizado com cheque que venha a ser devolvido, por qualquer motivo, a Comissão Especial do Concurso Público reserva-se ao direito de indeferir a inscrição e tomar as medidas legais cabíveis.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



- 4.16. A Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira e a empresa contratada para a organização do Concurso não se responsabilizam por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 4.17. Não será aceita inscrição condicional ou extemporânea.
- 4.18. A inscrição somente será considerada confirmada após a identificação eletrônica do pagamento da taxa.
- 4.19. O comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato, devendo ser apresentado quando houver necessidade.
- 4.20. As informações prestadas no pedido de inscrição via Internet, mesmo as prestadas por meio da Agência do Trabalhador de Palmeira, serão de exclusiva responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão Especial do Concurso Público do direito de excluir do certame o candidato que não preencher o formulário de forma completa e correta, pressupondo-se, pela formalização desses atos, o conhecimento pormenorizado deste Edital, com a consequente aceitação de todos os seus termos.
- 4.21. A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha de Inscrição acarretará em insubsistência da inscrição, nulidade de aprovação e/ou da classificação, além da perda dos direitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
- 4.22. A efetivação da inscrição implica a sujeição deste Edital em todos os seus termos.
- 4.23. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá especificar no formulário de inscrição quais os recursos especiais necessários, indicando-os claramente. O não preenchimento do formulário implicará na não concessão do auxílio no dia da realização das provas.
- 4.24. A solicitação de atendimento especial será analisada e atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 4.25. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova de conhecimentos deverá levar um acompanhante, o qual ficará em sala reservada e será responsável pela guarda da criança.
- 4.26. É de competência da Comissão, por meio de sua Presidência, o indeferimento das inscrições que não atenderem às exigências do presente Edital. As inscrições indeferidas serão afixadas em Edital na sede do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná, e divulgadas no endereço eletrônico www.concursocec.com.br/concursos a partir do dia **22 de maio de 2012**.
- 4.27. O candidato poderá recorrer do indeferimento da inscrição, mediante requerimento devidamente fundamentado, dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Concurso, protocolando-o até as **17h** do dia **24 de maio de 2012**, na sede da Prefeitura Municipal de Palmeira, sito a Praça Marechal Floriano Peixoto, 11.

5. DA INSCRIÇÃO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

- 5.1. Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para preenchimento das vagas nos cargos cujas atribuições sejam compatíveis com as necessidades especiais de que são portadoras, sendo reservadas 3% (três por cento) das vagas oferecidas, obedecidas as disposições da Lei Municipal n.º 2.031 de 31 de dezembro de 1999.
- 5.1.1. É considerada necessidade especial toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou **função psicológica**, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.
- 5.1.2. Não serão considerados como necessidades especiais os distúrbios passíveis de correção.
- 5.2. A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo, ou na realização da prova pelo portador de necessidades especiais, é obstativa à inscrição no Concurso.
- 5.3. Não obsta à inscrição ou ao exercício das atribuições pertinentes ao cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



- 5.4. O candidato portador de necessidades especiais deverá protocolar na sede da Prefeitura Municipal de Palmeira, situada na Praça Marechal Floriano Peixoto, 11, Palmeira, Paraná, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao Código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa de necessidade especial, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, conforme especificado no subitem 4.23 (quatro pontos e três).
- 5.4.1. No ato da inscrição, o candidato portador de necessidades especiais que necessite de tratamento diferenciado no dia do Concurso deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova.
- 5.4.2. O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo, no ato da inscrição, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, conforme especificado no subitem 5.4 (cinco pontos e quatro).
- 5.4.3. Aos deficientes visuais (amblíopes), que solicitarem prova especial, serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho de letra correspondente a corpo 24.
- 5.4.4. Os candidatos que não atenderem os dispositivos mencionados no subitem 5.4 (cinco pontos e quatro) serão considerados como não portadores de necessidades especiais.
- 5.5. Os candidatos portadores de necessidades especiais participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere a conteúdo, avaliação, horário e local da realização das provas.
- 5.6. Na falta de candidatos aprovados para provimento das vagas reservadas para portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais aprovados, em estrita observância à ordem classificatória.

6. DAS PROVAS

- 6.1. O concurso será composto de Prova de Conhecimentos e de Prova de Títulos para os candidatos do Grupo Nível Superior.
- 6.2. Todos os candidatos deverão, obrigatoriamente, prestar a Prova de Conhecimentos, sob pena de eliminação do Concurso Público.

7. DA PROVA DE CONHECIMENTOS

- 7.1. A Prova de Conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada na data provável de **27 de maio de 2012**.
- 7.2. Na data provável de **24 de maio de 2012**, será publicado o edital com o local de provas e ensalamento. O Edital estará disponível na sede da **Autorquia do Regime Próprio de Previdência Social**, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná, e no site **www.concursocec.com.br/concursos** na seção de ensalamentos.
- 7.3. Será de exclusiva responsabilidade do candidato a verificação do local da prova e o comparecimento no correto local publicado no Edital de Ensalameto.
- 7.4. Em hipótese alguma será fornecido o ensalamento via telefone ou e-mail.
- 7.5. Não será aplicada prova, em hipótese alguma, fora do espaço físico, datas e horários predeterminados em edital ou em comunicado.
- 7.6. Não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao Concurso Público no estabelecimento de aplicação das provas.
- 7.7. A duração da prova será de 3 (três) horas, **com início às 15 horas e término às 18 horas** (horário de Brasília).
- 7.8. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com **antecedência mínima de trinta minutos** do horário fixado para o início da prova.
- 7.9. Não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso de qualquer candidato aos locais de realização da prova, após as **14 horas e 55 minutos, horário fixado para o fechamento dos portões de acesso aos locais das provas**.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



- 7.10. Após o horário fixado para o fechamento dos portões de acesso aos locais das provas, não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso de qualquer candidato aos locais de sua realização.
- 7.11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a data, local e horário da realização da prova como justificativa de sua ausência. O não comparecimento à prova, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará na sua eliminação do Concurso Público.
- 7.12. Os candidatos deverão apresentar-se para a Prova de Conhecimentos munidos de:
- 7.12.1. **Documento de identidade original;**
- 7.12.1.1. Caso o candidato fique impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido no máximo de 30 (trinta) dias anteriores à realização das provas e outro documento que contenha fotografia.
- 7.12.2. **Caneta esferográfica de tinta azul ou preta (escrita grossa).**
- 7.13. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar o documento de identidade original, na forma definida neste edital, será automaticamente eliminado do Concurso.
- 7.14. O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação. Não será aceita cópia, mesmo que autenticada.
- 7.15. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares; pelas Secretarias de Segurança Pública; pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Conselhos e similares); Passaportes; Certificado de Reservista; Carteira de Trabalho; e Carteira Nacional de Habilitação (somente o novo modelo, com foto).
- 7.16. Não serão aceitos como documentos de identidade: Certidões de Nascimento; Títulos Eleitorais; Carteira Nacional de Habilitação (modelo antigo, sem foto); Carteiras de Estudante; Carteiras Funcionais; nem documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados.
- 7.17. A Comissão do Concurso Público reserva-se do direito de, a qualquer tempo, mandar colher a impressão digital de candidatos para posterior análise por especialistas em identificação, em caso de dúvidas relativas à fisionomia, à assinatura do portador ou à condição de conservação do documento apresentado.
- 7.18. Acarretará na eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas para a realização das provas, definidas neste edital, ou em outros relativos ao Concurso, ou nas instruções constantes na capa da prova, bem como o tratamento incorreto ou descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
- 7.19. Não será permitida a utilização, nos locais de provas, de armas e/ou aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, bip, telefone celular, walkman, receptor, gravador, laptops e similares que possam comprometer a segurança do Concurso Público). Caso o candidato venha a portar qualquer um desses objetos, eles deverão ser desligados e colocados no chão, embaixo da carteira. O descumprimento da presente instrução implicará a eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.
- 7.20. Não será permitido, durante a realização da prova, o uso de gorros, bonés, óculos escuros e de relógios, que deverão ser guardados pelos candidatos no chão, embaixo da carteira. O controle e informação do tempo serão realizados pelos fiscais de sala.
- 7.21. Durante a realização das provas não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- 7.22. Para todos os cargos, das provas de conhecimentos constarão 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha (com cinco alternativas cada questão, das quais somente uma será aceita como resposta) e versarão sobre assuntos do Conteúdo Programático conforme descritos no subitem 7.23 (sete ponto vinte e três) deste Edital.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



7.23. DAS QUESTÕES DA PROVA DE CONHECIMENTOS:

Grupo Nível Superior – Regime Estatutário:

- Para os cargos de **Assistente Social, Advogado, Contador e Médico Perito**, a prova será composta de 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa e 5 (cinco) questões de Informática, tendo peso de 0,18 (zero vírgula dezoito) pontos cada resposta correta; e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos da área de atuação, tendo peso de 0,27 (zero vírgula vinte e sete) pontos cada resposta correta, totalizando 9 (nove) pontos.

Grupo Nível Médio Administrativo – Regime Estatutário:

- Para o cargo de **Técnico Administrativo**, a prova será composta de 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Raciocínio Lógico e 5 (cinco) questões de Informática, tendo peso de 0,24 (zero vírgula vinte e quatro) pontos cada resposta correta; e 10 (dez) questões de Conhecimentos Específicos da área de atuação, tendo peso de 0,28 (zero vírgula vinte e oito) pontos cada resposta correta, totalizando 10 (dez) pontos.

Grupo Nível Médio Serviços Gerais – Regime Estatutário:

- Para o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, a prova será composta de 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 15 (quinze) questões de Matemática e 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais, tendo peso de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos cada resposta correta, totalizando 10 (dez) pontos.

- 7.24. Os **Conteúdos Programáticos** estão contidos no **Anexo Único** deste Edital, que estará à disposição dos candidatos no ato da inscrição no site www.concursocec.com.br/concursos na seção de editais.
- 7.25. O candidato deverá transcrever as respostas da prova de conhecimentos para a Folha de Respostas, que será o único instrumento válido para a sua correção, sendo que o prejuízo advindo do preenchimento incorreto será de inteira responsabilidade do candidato.
- 7.26. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos na Folha de Respostas, em especial seu nome, número de inscrição, número do documento de identidade e opção de cargo. Qualquer divergência deverá ser comunicada para o fiscal de sala.
- 7.27. O preenchimento da Folha de Respostas deve ser realizado com caneta esferográfica azul ou preta, de escrita grossa.
- 7.28. O Candidato não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.
- 7.29. É vedada a substituição da Folha de Respostas decorrente de erro cometido por Candidato.
- 7.30. É de inteira responsabilidade do Candidato o prejuízo advindo de marcação efetuada incorretamente na Folha de Respostas.
- 7.31. Na correção da Folha de Respostas, será atribuída a pontuação zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasura.
- 7.32. O candidato que deixar de assinar a Folha de Respostas e/ou a Lista de Presença será eliminado do Concurso Público.
- 7.33. Ao terminar a prova, o Candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, a Folha de Respostas devidamente assinada. Somente poderá levar o caderno de provas o candidato que permanecer na sala por, no mínimo, duas horas após o início da Prova de Conhecimentos.
- 7.34. O Candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início da Prova de Conhecimentos. A inobservância deste item acarretará a não correção da prova e, conseqüentemente, a eliminação do Candidato no Concurso Público.
- 7.35. Não será permitido ao candidato que ainda estiver realizando a prova ausentar-se do recinto, a não ser em caso especial e acompanhado por um componente da equipe de aplicação do Concurso Público.
- 7.36. A Prova de Conhecimentos, como está explícito no subitem 7.7 (sete ponto sete), terá duração de 03 (três) horas, incluído nesse tempo a identificação do candidato e o preenchimento da Folha de Respostas.
- 7.37. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato do local de provas.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



- 7.38. Os 03 (três) últimos Candidatos de cada sala deverão entregar a Folha de Respostas ao mesmo tempo, assinar o Termo de Encerramento de Prova e retirar-se, todos juntos, da sala.
- 7.39. Não será permitida, sob nenhuma hipótese, a entrada de candidatos no local da prova:
- a) sem a Cédula de Identidade (original), nos termos previstos no subitem 7.15 (sete ponto quinze);
 - b) após o horário previamente determinado, ficando os retardatários automaticamente eliminados do Concurso Público;
 - c) acompanhados de crianças ou mesmo de adultos.
- 7.40. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante responsável pela guarda da criança que ficará em sala reservada para essa finalidade. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova.
- 7.41. Os cadernos de provas e os gabaritos da Prova de Conhecimentos serão afixados em Edital na sede da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná e divulgados no site www.concursocec.com.br/concursos na data provável de **28 de maio de 2012**.
- 7.42. O candidato poderá solicitar anulação de questão ou mudança de gabarito, mediante requerimento devidamente fundamentado com provas pertinentes, dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Concurso, protocolando-o até as **17h** do dia **30 de maio de 2012**, na sede da Prefeitura Municipal de Palmeira, situada na Praça Marechal Floriano Peixoto, 11, Palmeira, Paraná.
- 7.43. Requerimentos fora do prazo serão preliminarmente indeferidos.
- 7.44. Por decisão da Comissão Especial de Concurso há possibilidade de mudança de gabarito ou anulação devidamente justificada de questão(ões) e, nesta última hipótese, cada questão anulada será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos do cargo correspondente à(s) questão(ões) anulada(s).
- 7.45. Considerar-se-á **APROVADO** ou **CLASSIFICADO** para a próxima fase do Concurso Público o candidato que obtiver na Prova de Conhecimentos nota igual ou superior a 4,5 (quatro vírgula cinco) pontos.
- 7.46. O resultado da Prova de Conhecimentos será divulgado em Edital na sede da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná e no site www.concursocec.com.br/concursos a partir do dia **6 de junho de 2012**.

8. DA PROVA DE TÍTULOS

- 8.1. A Prova de Títulos para os Candidatos do **Grupo Nível Superior** – Regime Estatutário será realizada na data provável de **27 de maio de 2012**, em consonância com a Prova de Conhecimentos.
- 8.2. A Prova de Títulos terá o valor máximo de 1 (um) ponto e será realizada de acordo com os seguintes critérios:
- Título de **Especialização** (mínimo de 360 horas/aula) em **área específica do cargo pretendido** – 0,3 (zero vírgula três) pontos cada título.
 - Título de **Mestrado** em **área específica do cargo pretendido** – 0,5 (zero vírgula cinco) pontos cada título.
 - Título de **Doutorado** em **área específica do cargo pretendido** – 1 (um) ponto.
- 8.3. O certificado e/ou declaração de conclusão de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) **deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar**, conforme Resolução CNE n.º 01, de 03 de abril de 2001, alterado pela Resolução CNE n.º 01, de 08 de junho de 2007.
- 8.4. Os certificados de pós-graduação **expedidos no exterior** somente serão aceitos se revalidados por instituição pública de ensino superior do Brasil.
- 8.5. Todo documento da Prova de Títulos expedido em **língua estrangeira**, somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.
- 8.6. Os Títulos deverão ser apresentados por meio de **fotocópias autenticadas em cartório competente**.
- 8.7. Os documentos deverão ser entregues, em envelope lacrado, com a identificação do Concurso, o nome do candidato por extenso, o número de inscrição e a opção do cargo, e discriminados em relação específica,



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



sem rasuras ou emendas, identificada com o nome completo do candidato, número do documento de identidade e opção do cargo, devendo esta relação ser datada e assinada pelo candidato.

- 8.8. Os candidatos que possuírem titulações que no somatório ultrapassem o valor de 1 (um) ponto devem ter conhecimento que o valor máximo computado será este.
- 8.9. Não será aceita a entrega de títulos, em hipótese alguma, fora do espaço físico, data e horário predeterminado.
- 8.10. A nota obtida na Prova de Títulos será acrescida à da Prova de Conhecimentos para critério de classificação no Concurso Público.
- 8.11. O candidato que não apresentar títulos não pontuará, porém não estará eliminado do Concurso Público.

9. DA CLASSIFICAÇÃO

- 9.1. Para os candidatos aos cargos que houver exigência somente de Prova de Conhecimentos, serão considerados classificados aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 4,5 (quatro vírgula cinco) pontos.
- 9.2. Do **Grupo Nível Superior** – Regime Estatutário serão considerados classificados aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 4,5 (quatro vírgula cinco) pontos na Prova de Conhecimentos, independente da nota obtida na Prova de Títulos. Para obtenção da nota final e para critérios de classificação, a pontuação da Prova de Conhecimentos será somada à da Prova de Títulos.
- 9.3. Em caso de empate na nota final do Concurso Público, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
 - a) tiver idade superior a 60 (sessenta) anos, como determina o artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, sendo que no caso de empate entre dois idosos, terá preferência o de idade mais elevada, considerando-se ano, mês e dia de nascimento;
 - b) obter, na Prova de Conhecimentos, maior pontuação em Conhecimentos Específicos (quando esses conhecimentos fizerem parte da prova) ou obter, na Prova de Conhecimentos, maior pontuação em Conhecimentos Gerais (quando não forem exigidos Conhecimentos Específicos);
 - c) obter maior idade, para candidatos não enquadrados na letra "a" deste item, considerando ano, mês e dia de nascimento;

10. DOS RECURSOS

- 10.1. Será admitido recurso quanto ao indeferimento da inscrição, à formulação das questões da prova, à opção considerada como certa na Prova de Conhecimentos, ao resultado da Prova de Conhecimentos, ao resultado da Prova de Títulos e ao resultado final do Concurso.
- 10.2. Os recursos deverão ser interpostos no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente à publicação do ato.
- 10.3. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no subitem 10.1 (dez ponto um).
- 10.4. Somente serão apreciados recursos devidamente fundamentados, interpostos dentro do prazo e com indicação do número do Edital que regulamenta o Concurso, nome do candidato, número de inscrição e indicação do cargo ao qual concorre o candidato.
- 10.5. Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Especial do Concurso e protocolados na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Marechal Floriano Peixoto, n.º 11, Palmeira, Paraná.
- 10.6. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) na Prova de Conhecimentos será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos que as possuíam em sua(s) provas(s) e que efetivamente realizaram o concurso, alterando suas classificações quando for o caso.
- 10.7. Não serão aceitos recursos interpostos por qualquer outro meio que não seja o especificado neste Edital.
- 10.8. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e (ou) recursos de gabarito oficial definitivo.
- 10.9. É de responsabilidade da empresa CEC – Concursos e Editora Curitiba Ltda. a elaboração da prova, a correção da prova, a divulgação do gabarito, análise e resposta de eventuais recursos de questão(ões) da prova e apresentação do resultado final dos classificados.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



10.10. A decisão dos recursos será divulgada por meio de edital a ser publicado na sede da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná e no site www.concursocec.com.br/concursos.

11. DO RESULTADO FINAL

11.1. A divulgação do resultado final está prevista para o dia **6 de junho de 2012**.

11.2. Todos os resultados serão publicados no órgão oficial de publicações do Município de Palmeira e divulgados em Edital na sede da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná e no site www.concursocec.com.br/concursos.

12. DA NOMEAÇÃO

12.1. A nomeação do candidato ao cargo fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos para a investidura constante deste Edital e da legislação vigente.

12.2. Os candidatos aprovados, quando eventualmente forem convocados, o que se dará por meio de publicação no Jornal "Palmeira", deverão se apresentar no horário e data estipulados, perante a Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a fim de cumprirem com todas as formalidades exigíveis para a concretização do ato de nomeação, devendo ainda apresentar os documentos abaixo relacionados, em fotocópias autenticadas:

a) Cédula de Identidade, comprovando possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos até essa data, sob pena de eliminação sumária e perda dos direitos decorrentes;

b) CPF em situação regular perante a Receita Federal;

c) PIS/PASEP;

d) Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição;

e) Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

f) Certidão de Nascimento dos filhos com até 18 anos;

g) Atestado de antecedentes criminais do domicílio;

h) Certidão de Nascimento/Casamento ou Certidão de Óbito – do cônjuge quando for o caso de viúvo(a);

i) Carteira de Trabalho (parte da foto – frente e verso e o último contrato);

j) Diploma e/ou Certificado de conclusão do curso específico;

k) Registro no Conselho de Classe e comprovante de pagamento da anuidade atualizado, para os cargos em que é exigido o registro;

l) Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, com firma reconhecida, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e incisos XVI e XVII do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná;

m) Duas fotos 3x4, recentes;

n) Apresentar declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito no artigo 32 da Constituição de Estado do Paraná, na Lei Federal n.º 8.429, de 02/06/92, e no Decreto Estadual n.º 2.141, de 12/02/08.

12.3. A nomeação seguirá, rigorosamente, a ordem classificatória do Concurso Público e atenderá ao requisito de Aprovação em Exame de Saúde Física e Mental, a ser efetuado pelo órgão competente indicado pela Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social.

12.4. O candidato classificado e convocado para a nomeação e posse, se for de sua conveniência, poderá requerer o seu deslocamento para o final de lista, uma única vez, mediante pedido a ser efetuado em formulário próprio, fornecido pela Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social.

13. DO EXAME MÉDICO E DA POSSE

13.1. O candidato aprovado e habilitado para tomar posse no cargo deverá, obrigatoriamente, submeter-se a Avaliação Física e Mental, **em caráter eliminatório**, a ser efetuada pelo Médico Perito indicado pela Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, em local e horário previamente designados, sob pena de eliminação sumária dos faltosos.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



- 13.2. A comprovação da aptidão física e mental, necessárias para o exercício do cargo, será realizada por meio de laudo emitido pelo Médico Perito e exames laboratoriais e clínicos (custeados pelo candidato).
- 13.3. Será considerado eliminado o candidato que deixar de comparecer no horário e data estabelecidos no comunicado de convocação, ou que deixar de apresentar os documentos exigidos no subitem 12.2 (doze pontos) deste Edital.
- 13.4. Os candidatos, aprovados no concurso, serão nomeados e regidos pelo Regime Jurídico Único do Município de Palmeira, Lei Municipal n.º 1.700, de 28/03/1994.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. A respeito deste Concurso não serão fornecidas informações por telefone. Qualquer dúvida relativa ao processo de inscrição, ao(s) local(is) de prova(s), ao(s) ensalamento(s), à classificação, a gabaritos ou a outros itens do presente Edital poderão ser sanadas pessoalmente na sede da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná ou por intermédio do e-mail cec@concursocec.com.br.
- 15.2. Não haverá segunda chamada ou repetição de provas. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a data, local e horário da realização de provas, como justificativa de sua ausência. O não comparecimento a provas, qualquer que seja o motivo, inclusive moléstia, luto ou atraso, caracterizará desistência do candidato e resultará na sua eliminação do Concurso Público.
- 15.3. Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas, faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação de provas.
- 15.4. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que, durante a Prova de Conhecimentos:
- a) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
 - b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos e/ou que se comunicar com outro candidato;
 - c) for surpreendido portando telefone celular, gravador, receptor, *paggers*, *notebook* e/ou equipamento similar;
 - d) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
 - e) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de Fiscal;
 - f) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
 - g) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
 - h) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros.
- 15.5. O prazo de validade do presente Concurso é de 02 (dois) anos, contados a partir da data de publicação de sua homologação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social.
- 15.6. A nomeação no presente Concurso seguirá a ordem rigorosa de classificação, não assegurando ao candidato aprovado o direito de ingresso automático no Serviço Público da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, ficando a concretização do ato de nomeação condicionada às observâncias das disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e conveniência da Administração. As vagas serão preenchidas na medida em que se fizerem presentes as necessidades e se houver disponibilidades financeiras e orçamentárias, atendendo o que preconiza a LC 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 15.7. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu endereço perante a Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira, sendo considerada como recebida a correspondência remetida para o endereço fornecido, constante dos dados informados no ato da inscrição, mesmo que devolvida pela Empresa de Correios.
- 15.8. As certidões de aprovação e classificação dos candidatos do presente Concurso somente serão fornecidas durante o período de vigência do mesmo, através de requerimento efetivados no protocolo-geral do Município.
- 15.9. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela Comissão Especial de Concurso Público nomeada pelo Decreto n.º 7.740 de



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



15/04/2012 e pela empresa CEC – Concursos e Editora Curitiba Ltda., em conjunto ou no que couber a cada um.

Palmeira, 16 de abril de 2011.


LUIZ CARLOS DE CARVALHO
Presidente da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social


ELIANE DE PAULA
Presidente da Comissão de Concurso



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



ANEXO ÚNICO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Este anexo faz parte do Edital n.º 001/2012 da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira. Diz respeito aos Conteúdos Programáticos para as questões da Prova de Conhecimentos. Questões que porventura envolvam conteúdos de aspectos legais terão por base a legislação em vigor na data de publicação deste Edital.

O Candidato deve estar atento ao subitem 7.23 (sete ponto vinte e três) do Edital n.º 001/2012 em referência aos conteúdos que serão objeto da Prova de Conhecimentos para cada cargo.

• GRUPO NÍVEL SUPERIOR – REGIME ESTATUTÁRIO

PROGRAMA DE LÍNGUA PORTUGUESA (comum a todos os cargos deste Grupo)

01. Ortografia: Emprego de Letras (Nova Ortografia); 02. Separação de Sílabas; 03. Acentuação Gráfica; 04. Acento Indicativo de Crase; 05. Classes de Palavras: (reconhecimento e uso): Substantivo, Adjetivo, Pronome e Verbo; 06. Sintaxe de Colocação; 07. Concordância Verbal e Nominal; 08. Regência Verbal e Nominal; 09. Termos da oração; 10. Estrutura do Período: coordenação e subordinação; 11. Nexos oracionais: valor semântico e sintático das conjunções; 12. Semântica; 13. Sinonímia e Antonímia; 14. Coesão e Coerência; 15. Tipologia e Estrutura de Texto; 16. Variedade Linguística; 17. Compreensão e Interpretação de Texto; 18. Pontuação.

PROGRAMA DE INFORMÁTICA

01. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware, software e periféricos. 02. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas (copiar, mover, criar, remover e renomear). 03. Sistema Operacional Windows. 04. Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas. 05. Conhecimentos básicos de edição de textos (criação de um novo documento, formatação e impressão). 06. Conceitos de Internet e Intranet. 07. Gerenciador de e-mail; 08. Procedimentos para o Armazenamento de Dados e para a Realização de Cópia de Segurança (backup).

PROGRAMA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ASSISTENTE SOCIAL:

01. Ambiente de atuação do assistente social: instrumental de pesquisa em processos de investigação social: elaboração de projetos, métodos e técnicas qualitativas e quantitativas; propostas de intervenção na área social: planejamento estratégico, planos, programas, projetos e atividades de trabalho; avaliação de programas e políticas sociais; estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: sindicância, abordagem individual, técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes, e com famílias, atuação na equipe interprofissional (relacionamento e competências); diagnóstico. 02. Estratégias de trabalho institucional: conceitos de instituição; estrutura brasileira de recursos sociais; uso de recursos institucionais e comunitários; redação e correspondências oficiais: laudo e parecer (sociais e psicossociais), estudo de caso, informação e avaliação social. 03. Atuação em programas de prevenção e tratamento: uso do álcool, tabaco e outras drogas: questão cultural, social, e psicológica; doenças sexualmente transmissíveis; Aids; atendimento às vítimas. 04. Políticas sociais: relação Estado/sociedade; contexto atual e o neoliberalismo; políticas de seguridade e previdência social; políticas de assistência e Lei Orgânica da Assistência Social; políticas de Saúde e Sistema único de Saúde (SUS) e Agências reguladoras; políticas educacionais e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Política Nacional do Idoso. 05. Legislação de serviço social: níveis, áreas e limites de atuação do profissional de serviço social; ética profissional. 06. Políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n.º 8.069/1990; defesa de direitos da criança e do adolescente; o papel dos conselhos, centros de defesa e delegacias; adoção e guarda: normas, processos jurídico e psicossocial, adoção à brasileira e adoção internacional; violência contra crianças e adolescentes e combate à violência; formas de violência contra crianças e adolescentes: maus-tratos, abuso sexual, negligência e abandono; prostituição infanto-juvenil; extermínio, sequestro e tráfico de crianças; exploração sexual no trabalho e no tráfico de drogas; sexo turismo; violência dos jovens; gangues; delinquência infanto-juvenil: visão psicológica, cultural e sociológica; trajetórias delinquentiais e o papel da família e da justiça; meninos e meninas de rua: questões econômica e social e o abandono; trabalho infanto-juvenil; novas modalidades de família: diagnóstico, abordagem sistêmica e estratégias de atendimento e acompanhamento; alternativas para a resolução de conflitos: conciliação e mediação. 07. Estatuto do Idoso, Lei Federal n.º 10.741/2003. 08. Lei Municipal n.º 2.404/2005.

PROGRAMA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ADVOGADO:

01. DIREITO CONSTITUCIONAL – 1.1 Poder constituinte originário e derivado. 1.2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.2.1 Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada. 1.3 "Habeas corpus", "habeas data", mandado de segurança (Lei n.º 12.016/2009). 1.4 Organização dos poderes. 1.4.1 Organização dos poderes nos municípios. 1.5 Espécies normativas: emenda constitucional, lei complementar, lei ordinária e medida provisória. 1.6 Perfil constitucional dos Municípios. 1.6.1 Competência legislativa dos Municípios. 1.7 Controle de constitucionalidade. 1.8 Súmulas vinculantes. 1.9 Constituição Federal – Capítulo VII – Da Administração Pública. 1.10 Emendas Constitucionais números 20/98, 41/03 e 47/05; 02. DIREITO ADMINISTRATIVO – 2.1 Princípios constitucionais da Administração Pública. 2.2 Concurso público. 2.3 Licitação (Lei n.º 8.666/93). 2.3.1 Conceito de dispensa de licitação. 2.3.2 Conceito de inexigibilidade de licitação. 2.3.3 Modalidades de licitação. 2.4 Contratos administrativos. 2.4.1 Cláusulas exorbitantes. 2.5 Responsabilidade civil do Estado. 2.6 Improbidade



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



administrativa. 2.6.1 Sanções decorrentes de ato de improbidade administrativa. 2.7 Atos administrativos. 2.7.1 Atributos dos atos administrativos. 2.7.2 Elementos dos atos administrativos. 2.7.3 Discricionariedade e vinculação. 2.8 Regime Jurídico Administrativo. 2.9 Deveres e Poderes da Administração Pública. 2.10 Administração Direta e Indireta. 2.11 Servidores Públicos; **03. DIREITO PREVIDENCIÁRIO** – 3.1 Os Princípios do Direito Previdenciário. 3.2 Lei n.º 9.217, de 27 de novembro de 1998. 3.3 Lei n.º 9.796, de 5 de maio de 1999. 3.4 Decreto n.º 3.788, de 11 de abril de 2001. 3.5 Lei Municipal n.º 2.404/2005 e alterações; **04. DIREITO CIVIL** – 4.1 Personalidade e capacidade civil. 4.2 Bens públicos. 4.3 Defeitos dos negócios jurídicos; **05. DIREITO PROCESSUAL CIVIL** – 5.1 Condições da ação. 5.2 Pressupostos processuais. 5.3 Petição inicial: conceito, requisitos. 5.4 Pedidos: espécies, modificação, cumulação. 5.5 Resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção. 5.6 Revelia. 5.7 Litisconsórcio. 5.8 Intervenção de terceiros. 5.8.1 Assistência. 5.8.2 Oposição. 5.8.3 Nomeação à autoria. 5.8.4 Denúncia da lide. 5.8.5 Chamamento ao processo. 5.9 Antecipação de tutela. 5.10 Prazo. 5.10.1 Prazo no caso de existência de litisconsortes. 5.10.2 Prazo: art. 188 do Código de Processo Civil. 5.11 Sentença e coisa julgada. 5.12 Recursos: apelação, agravo retido, agravo de instrumento, recurso especial, recurso extraordinário. 5.13 Execução fiscal: procedimento. 5.13.1 Exceção de pré-executividade. **06. DIREITO PENAL** – 6.1 Crimes contra a Administração Pública. 6.1.1 Conceito de funcionário público para efeitos penais (art. 327 do Código Penal). 6.1.2 Peculato. 6.1.3 Concussão. 6.1.4 Excesso de exação.

PROGRAMA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CONTADOR:

01. Orçamento e Contabilidade Pública – 1.1 Administração Pública: Administração Direta e Indireta; 1.2 Processo Orçamentário: Plano Plurianual, Lei De Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; 1.3 Princípios Orçamentários; 1.4 Classificação Orçamentária: Classificação Institucional, Funcional-Programática, Econômica e por Fonte de Recursos; 1.5 Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias; 1.6 Execução Orçamentária e Contábil: Estágios da Receita e da Despesa Pública; 1.7 Créditos Adicionais. 1.8 Patrimônio Público: Aspectos Qualitativos e Quantitativos; 1.9 Variações Patrimoniais: Variações Ativas e Variações Passivas; 1.10 Dívida Pública Flutuante e Fundada; 1.11 Plano de Contas: Função e Funcionamento das Contas; 1.12 Escrituração Contábil; 1.13 Controle Interno e Controle Externo; 1.14 Prestação de Contas e Transparência na Gestão Fiscal: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Relatório de Gestão Fiscal e Balanço Geral do Exercício. **02. Contabilidade Geral** – 2.1 Princípios Contábeis; 2.2 Regime de Competência; 2.3 Plano de Contas; 2.4 Conciliação Contábil; 2.5 Registros Contábeis; 2.6 Controle Contábil e Registros do Ativo Imobilizado, Diferido e Patrimônio Líquido; 2.7 Demonstrações Contábeis; 2.8 Estruturação e Movimento das Contas Contábeis; 2.9 Demonstração do Resultado do Exercício; 2.10 Balanço Patrimonial; 2.11 Mutações do Patrimônio Líquido; 2.12 Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos; 2.13 Análise e Interpretação de Demonstrações Contábeis. **03. Legislação** – 3.1 Lei n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998. 3.2 Lei n.º 9.796, de 5 de maio de 1999. 3.3 Decreto n.º 3.788, de 11 de abril de 2001. 3.4 Lei Municipal n.º 2.404/2005 e alterações.

PROGRAMA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – MÉDICO PERITO:

01. Medicina Geral – 1.1 Ética médico-profissional. 1.2 Noções de epidemiologia: conceito, histórico e objetivos; relações de causa e efeito; índices e coeficientes sanitários; noções sobre a evolução natural das variadas doenças e os conceitos de epidemia, endemia, pandemia e prozodemia; epidemiologia atualmente no Brasil; epidemias e endemias atuais; doenças comunicáveis; investigação epidemiológica; níveis de prevenção e medidas profiláticas. 1.3 Clínica médica e conduta médico-pericial. 1.3.1 Noções gerais das áreas médicas: clínica médica; cirurgia; gineco-obstetria; psiquiatria; ortopedia; cardiologia. 1.3.2 Conduta pericial. **02. Medicina do Trabalho** – 2.1 A Segurança e Saúde no Trabalho nos diplomas legais vigentes no país: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.2 Segurança e a Saúde no Trabalho nas seguintes Normas Internacionais da Organização Internacional do Trabalho – OIT: Convenção n.º 81 – Inspeção do Trabalho (Decreto n.º 95.461, de 11/12/1987); Convenção n.º 139 – Prevenção e controle de riscos profissionais causados por substâncias ou agentes cancerígenos (Decreto n.º 157, de 02/06/1991); Convenção n.º 148 – Proteção dos Trabalhadores contra os riscos profissionais devidos à contaminação do ar, ao ruído, às vibrações no local de trabalho (Decreto n.º 93.413, de 15/10/1986); Convenção n.º 155 – Segurança de Saúde dos Trabalhadores (Decreto n.º 1.254, de 29/09/1994); Convenção n.º 161 – Serviços de Saúde do Trabalho (Decreto n.º 127, de 22/05/1991). 2.3 Doenças ocupacionais, acidente do trabalho e conduta médico-pericial: conceito e epidemiologia; impacto do trabalho sobre a saúde e segurança dos trabalhadores; indicadores de saúde – doença dos trabalhadores; situação atual da saúde dos trabalhadores no Brasil; patologia do trabalho; conduta pericial; Normas Técnicas das LER/DORT. **03. Legislação do Trabalho** – Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – Títulos I e II. **04. Legislação Previdenciária** – Seguridade Social: origem e evolução no Brasil; conceituação; organização e princípios constitucionais. **05.** Lei Municipal n.º 2.404/2005 e alterações.

• GRUPO NÍVEL MÉDIO ADMINISTRATIVO – REGIME ESTATUTÁRIO

PROGRAMA DE LÍNGUA PORTUGUESA

01. Ortografia: Emprego de Letras; **02.** Separação de Sílabas; **03.** Acentuação Gráfica; **04.** Acento Indicativo de Crase; **05.** Classes de Palavras: (reconhecimento e uso): Substantivo, Adjetivo, Pronome e Verbo; **06.** Sintaxe de Colocação; **07.** Concordância Verbal e Nominal; **08.** Regência Verbal e Nominal; **09.** Termos da oração; **10.** Estrutura do Período: coordenação e subordinação; **11.** Nexos oracionais: valor semântico e sintático das conjunções; **12.** Semântica; **13.** Sinonímia e Antonímia; **14.** Coesão e Coerência; **15.** Tipologia e Estrutura de Texto; **16.** Variedade Linguística; **17.** Compreensão e Interpretação de Texto; **18.** Pontuação.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



PROGRAMA DE RACIOCÍNIO LÓGICO

A prova de raciocínio lógico objetiva medir a habilidade do candidato em entender a estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas, e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Nenhum conhecimento mais profundo de lógica formal ou matemática será necessário para resolver as questões. As questões das provas poderão tratar das seguintes áreas: **01.** Trigonometria. **02.** Álgebra linear. **03.** Probabilidades. **04.** Combinações, Arranjos e Permutação. **05.** Geometria Básica. **06.** Noções de matemática financeira: Regra de três, Porcentagem e Juros simples.

PROGRAMA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

01. Redação de Expedientes (Manual de Redação Oficial da Presidência da República); **02.** Noções de Administração Pública – 2.1 Princípios da Administração Pública; 2.2 Entidades Componentes; **04.** Constituição da República Federativa do Brasil – 4.1 Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5.º ao Art. 17 da CF); 4.2 Organização do Estado (Art. 18 ao Art. 43 da CF); **05.** Noções de Direito Administrativo – 5.1 Organização Administrativa do Estado; 5.2 Licitações (Lei Federal n.º 8.666/93); **06.** Lei Municipal n.º 2.404/2005 e alterações.

• GRUPO NÍVEL MÉDIO SERVIÇOS GERAIS – REGIME ESTATUTÁRIO

PROGRAMA DE LÍNGUA PORTUGUESA

01. Ortografia: emprego correto das letras; **02.** Acentuação Gráfica; **03.** Pontuação; **04.** Classe das palavras: substantivo, adjetivo, artigo, pronome e verbo; **05.** Concordância nominal; **06.** Concordância verbal; **07.** Compreensão e Interpretação de textos.

PROGRAMA DE MATEMÁTICA

01. Operações: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radicação no conjunto dos números reais; **02.** Razões e proporções; **03.** Medidas de comprimento, massa capacidade e tempo; **04.** Áreas e perímetro de figuras planas; **05.** Regra de três simples; **06.** Equações de 1.º grau; **07.** Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo divisor comum.

PROGRAMA DE CONHECIMENTOS GERAIS

01. Fundação; Colonização; Fatos e Aspectos Históricos; Localização Geográfica e Limites; Extensão Territorial; Distritos e Localidades; Atividades Econômicas e Histórico Político do Município de Palmeira; **02.** Tópicos sobre aspectos de diversas áreas, tais como economia, educação, energia, esporte, meio ambiente, política, sociedade, relações internacionais e tecnologia (do Município de Palmeira, do Estado do Paraná, do Brasil e do Mundo).

Valor: R\$ 37.248,00 (trinta e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais);
 Vigência: Exercício de 2012;
 Data: 05 de Março de 2012.

Convênio nº. 010/2012 – PMP/DAS/FMDCA

Conveniente: Prefeitura Municipal de Palmeira por intermédio do Departamento de Assistência Social;
Conveniada: Associação Projeto Renascer;
Objeto: O presente Convênio tem por objeto viabilizar à Conveniada o cumprimento de suas finalidades previstas em seu Projeto Social, conforme plano de trabalho anexo ao processo protocolado nesta Prefeitura sob nº 3362/2011, aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;
 Valor: R\$ 52.300,00 (cinquenta e dois mil, e trezentos reais);
 Vigência: Exercício de 2012;
 Data: 05 de Março de 2012.

Convênio nº. 011/2012 – PMP/DAS/FMDCA

Conveniente: Prefeitura Municipal de Palmeira por intermédio do Departamento de Assistência Social;
Conveniada: Associação de Pais e Amigos da Educação Especial e Reabilitação Dr. Jorge Amin Bacila - APAER;
Objeto: O presente Convênio tem por objeto viabilizar à Conveniada o cumprimento de suas finalidades previstas em seu Projeto Social, conforme plano de trabalho anexo ao processo protocolado nesta Prefeitura sob nº 3242/2011, aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;
 Valor: R\$ 16.000,00 (dezesesse mil reais);
 Vigência: Exercício de 2012;
 Data: 05 de Março de 2012.

Convênio nº. 012/2012 – PMP/DAS/FMAS

Conveniente: Prefeitura Municipal de Palmeira por intermédio do Departamento de Assistência Social;
Conveniada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
Objeto: O presente Convênio tem por objeto viabilizar à Conveniada o cumprimento de suas finalidades previstas em seu Projeto Social, conforme plano de trabalho anexo ao processo protocolado nesta Prefeitura sob nº 3331/2011, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
 Valor: R\$ 60.531,00 (sessenta mil, quinhentos e trinta e um reais);
 Vigência: Exercício de 2012;
 Data: 12 de Março de 2012.

Convênio nº. 013/2012 – PMP/DAS/FMAS

Conveniente: Prefeitura Municipal de Palmeira por intermédio do Departamento de Assistência Social;
Conveniada: Lar Acelino;
Objeto: O presente Convênio tem por objeto viabilizar à Conveniada o cumprimento de suas finalidades previstas em seu Projeto Social, conforme plano de trabalho anexo ao processo protocolado nesta Prefeitura sob nº 3330/2011, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
 Valor: R\$ 17.553,00 (dezesete mil, quinhentos e cinquenta e três reais);
 Vigência: Exercício de 2012;
 Data: 12 de Março de 2012.

AUTARQUIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PALMEIRA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012

O Presidente da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, e ainda nas Leis Municipais n.ºs 1.700 e 2.000 e Decreto Municipal n.º 7.690, **Resolve:**

Tornar Pública

a realização de Concurso Público para selecionar candidatos destinados ao provimento dos cargos de Advogado, Assistente Social, Auxiliar de Serviços Gerais, Contador, Médico Perito e Técnico Administrativo, constantes do quadro Estatutário, mediante condições estabelecidas neste edital:

1. Das Disposições Preliminares

1.1. O Concurso Público será executado pela empresa CEC – Concursos e Editora Curitiba Ltda. e será supervisionado pela Comissão Especial de Concurso, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 7740, de 15 de abril de 2012.

1.2. O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas existentes e daquelas que vierem a ser abertas, durante o período de validade do Concurso Público, no nível inicial de remuneração, em cargos do quadro próprio de servidores da Autarquia Municipal do

Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

1.3. O concurso será composto de Prova de Conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório e de Prova de Títulos, de caráter classificatório e exclusivamente para os cargos de nível superior.

2. Dos Cargos

2.1. Grupo Nível Superior – Regime Estatutário

Cargo	Requisitos Mínimos	N.º de Vagas	Carga Horária Semanal	Rémuneração Inicial Bruta
Assistente Social	Diploma de graduação em Serviço Social e registro no CRESS.	CR	40	R\$ 2.180,00
Advogado	Diploma de graduação em Direito e registro na OAB.	01	20	R\$ 2.180,00
Contador	Diploma de graduação em Ciências Contábeis e registro no CRC.	01	40	R\$ 2.180,00
Médico Perito	Diploma de graduação em Medicina, com especialização em perícia e registro no CRM.	CR	4	R\$ 2.422,00

2.2. Grupo Nível Médio Administrativo – Regime Estatutário

Cargo	Requisitos Mínimos	N.º de Vagas	Carga Horária Semanal	Rémuneração Inicial Bruta
Técnico Administrativo	Ensino Médio completo.	01	40	R\$ 1.211,00

2.3. Grupo Nível Médio Serviços Gerais – Regime Estatutário

Cargo	Requisitos Mínimos	N.º de Vagas	Carga Horária Semanal	Rémuneração Inicial Bruta
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio completo.	01	40	R\$ 667,00

3. Das Atribuições dos Cargos

1. Grupo Nível Superior – Regime Estatutário

Assistente Social – Cabe ao Assistente Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade; prestar atendimento e acompanhamento aos usuários dos serviços prestados pela Autarquia do RPPS e aos seus servidores, aposentados e pensionistas; elaborar, executar, avaliar planos, programas e projetos na área de Serviço Social e Reabilitação Profissional; realizar avaliação social quanto ao acesso aos direitos previdenciários e assistenciais; promover estudos sócio-econômicos visando à emissão de parecer social para subsidiar o reconhecimento e a manutenção de direitos previdenciários, bem como a decisão médico-pericial; executar de conformidade com a sua área de formação as demais atividades de competência da Autarquia do RPPS, de acordo com as determinações do superior hierárquico; elaborar laudos e relatórios, quando necessário; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Advogado – Cabe ao Advogado representar judicial e extrajudicialmente a autarquia mandatária, nas ações em que esta for autora, ré ou interessada, acompanhando o andamento do processo, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo a audiências e outros atos, para defender direitos ou interesses, por força dos poderes conferidos no mandato; exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos a Autarquia do RPPS; emitir pareceres jurídicos, sempre que for solicitado, prestando assistência jurídica de forma constante; redigir ou elaborar documentos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões relacionadas às Áreas do Direito, com observância da legislação, forma e terminologia adequadas aos assuntos em pauta, inclusive para utilização na defesa de sua mandatária; exercer a atividade de assistir a autoridade superior assessorada no controle interno da legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados; conhecer da legislação, principalmente daquela que rege o funcionamento da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Contador – Cabe ao Contador promover os lançamentos contábeis da despesa e da receita da Autarquia do RPPS; relacionar e classificar a despesa e os empenhos do pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título; controlar e classificar as receitas, bem como conferir diariamente os extratos contábeis; elaborar e manter atualizados relatórios contábeis; assinar balanços e balancetes; manter atualizadas a fixas de despesas e arquivos de registros contábeis; elaborar as folhas de pagamento de aposentados, pensionistas e conselheiros; promover a prestação, anexo e conciliação de contas;

participar da implantação e execução de normas e rotinas de controle interno; elaborar demonstrativos contábeis e a Prestação de Contas Anual da Autarquia; prestar assessoria e preparar informações econômico-financeiras; atender às demandas dos órgãos fiscalizadores e realizar perícia; providenciar a guarda de toda documentação para posterior análise dos órgãos competentes; atender às solicitações do Ministério da Previdência Social quando da realização de auditorias; manter atualizados os cadastros junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná; operar os sistemas de contabilidade, preenchimento do SIM-AM e SIM-AP; participar da elaboração do orçamento anual, preenchimento, acompanhamento e controle sua execução; acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; emitir empenhos de despesas e ordem bancária; relacionar notas do empenho, subempenho e estorno emitidos no mês, com os somatórios para fechar com despesas orçamentárias; controlar os serviços orçamentários, inclusive a alteração orçamentária; elaborar balancetes, balanços e demais anexo exigidos por leis, bem como as prestações de conta do RPPS, com observância dos rrazos legais; elaborar registros contábeis da execução orçamentária; proceder à escrituração de todos os atos relacionados à gestão do patrimônio da Autarquia, bem como de outros documentos sujeitos à escrituração de operações relativas a direitos e obrigações decorrentes de contratos, convênios ou outros termos firmados; fiscalizar, controlar e modificar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, bem como, os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferências; organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis; expedir termos de responsabilidade referente a bens móveis e imóveis de caráter permanente; inventariar anualmente, o material e os bens móveis permanentes da Autarquia; coordenar e controlar detalhadamente as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro, inclusive os gastos com diárias e cursos; conhecer a Lei Complementar n.º 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal e demais, que regem o funcionamento da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira, dando efetividade; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Médico Perito – Cabe ao Médico Perito comprovar a situação alegada; avaliar o potencial laborativo do segurado no que se refere aos aspectos físicos, colhendo dados necessários ao seu parecer quanto às contra-indicações, potencialidades e o prognóstico retorno ao trabalho, solicitando, inclusive, a descrição da função desempenhada pelo segurado; solicitar exames e pareceres especializados à rede credenciada, inclusive quanto a necessidade de órtese e/ou prótese; realizar análise de postos de trabalho; identificar os aspectos físicos de reabilitação profissional; preencher formulário próprio definindo o potencial para retorno ao trabalho, fazendo observações quanto à necessidade de órtese e/ou prótese; solicitar a avaliação do Orientador Profissional no momento oportuno, quando a estabilização do quadro clínico do segurado; participar com o Orientador Profissional a análise conjunta dos casos para a conclusão da avaliação do potencial laborativo aspectos físicos + aspectos sócio-econômicos profissionais) e elaboração de programas profissionais, preenchendo e assinando campo próprio do formulário; avaliar intercorrências médicas; definir compatibilidade física de ocupações, utilizando os seus conhecimentos técnicos, análise de funções ou outros meios técnicos, desde que necessário; participar com o Orientador Profissional de reavaliação conjunta do caso, com objetivo de direcionamento do programa profissional (se necessário) e para o encaminhamento do programa profissional; participar com o Orientador Profissional da elaboração de laudo conclusivo do Programa Profissional desenvolvido com o segurado; desempenhar as demais atividades médico-periciais que lhe são pertinentes, como alta pericial após encerramento do Programa de Reabilitação; participar de equipes volantes; participar de palestras e seminários divulgando a Reabilitação Profissional; caracterizar estado de saúde ou doença; definir a incompatibilidade da doença com a atividade a ser exercida pelo servidor; respeitar a boa técnica médica; cumprir a disciplina legal e administrativa; emitir laudos periciais conclusivos; concluir pela concessão ou não do benefício; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Grupo Nível Médio Administrativo – Regime Estatutário
Técnico Administrativo – Cabe ao Técnico Administrativo prestar apoio técnico-administrativo em atividades relacionadas à organização e execução de tarefas que envolvam prestação de suporte; exercer a atividade de controle, recebimento, conferência e distribuição dos processos administrativos; controlar o recebimento e expedição de correspondências; fazer o encaminhamento à imprensa oficial e/ou dos documentos e atos administrativos destinados a publicação; participar do controle de requisições e recebimento do material de escritório, acompanhar recebimentos em geral; elaborar os relatórios estatísticos; realizar diligências, redigir ofícios, cartas, circulares, memorandos, quadros demonstrativos e outros, providenciando a reprodução, encadernação e distribuições, se necessário, datilografar ou digitar textos diversos, transcrevendo originais, manuscritos impressos; organizar e manter os cadastros atualizados, arquivar documentos respeitando as regras e procedimentos de arquivo; cadastrar e atualizar fichas de aposentados, pensionistas e conselheiros; operar sistemas informatizados, inserir informações no banco de dados da Autarquia, auxiliar o setor de contabilidade e RH no que lhe for solicitado; executar os serviços de recepção, atender a chamadas telefônicas, anotando e/ou enviando recados e dados de rotina; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Grupo Nível Médio Serviços Gerais – Regime Estatutário
Auxiliar de Serviços Gerais – Cabe ao Auxiliar de Serviços Gerais ser responsável pela limpeza interna e externa das dependências e instalações da Autarquia do RPPS, bem

como pela conservação, tarefa a ser executada diariamente; ser responsável pelo controle do estoque do material de limpeza que lhe está afeto aos serviços da autarquia; executar os serviços de copa e café, quando chamado a realizá-lo; controlar estoques de eventuais gêneros alimentícios verificando o consumo diário e suprindo ou solicitando o suprimento necessário; auxiliar, quando necessário, a servir lanches e refeições em eventos programados, ou internamente durante o horário de expediente; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

4. Da Inscrição, Da Taxa, Do Requerimento e demais Exigências no Ato

1. O pedido de inscrição deverá ser efetuado exclusivamente via Internet, por meio do endereço eletrônico www.concursocec.com.br/concursos, sendo que serão disponibilizados computadores com acesso ao portal das inscrições na Agência do Trabalhador, situada na Rua XV de Novembro, 458, Centro, Palmeira-PR, durante os dias úteis do período de inscrições no horário das 8h às 11h 30min e das 13h às 17 horas.

2. Não será aceita inscrição por via postal, fax ou correio eletrônico.

3. Antes de efetuar a inscrição, o interessado deverá conhecer este Edital na íntegra e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura no cargo pleiteado, sendo que o pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, nem haverá isenção total ou parcial, salvo nos casos de o candidato estar desempregado, nos termos da Lei Municipal n.º 2.877/2009 e do Decreto Municipal n.º 6.510/2009, ou de o candidato ser doador de sangue, nos termos da Lei Municipal n.º 2.943/2009, ou de anulação plena deste Concurso Público.

4. O candidato desempregado, que optar por realizar a inscrição com o benefício conferido pela Lei Municipal n.º 2.877/2009 (isenção da taxa de inscrição em Concurso Público), deverá, obrigatoriamente, apresentar até o dia 11 de maio de 2012 enviando por Sedex para o endereço da instituição organizadora do Concurso Público, situada na Rua Lamenha Lins, 59, Centro, Curitiba-PR, CEP: 80250-020, cópia da Carteira de Trabalho, certidão CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, expedida pela Previdência Social, declaração informando o órgão ou empresa em que por último esteve empregado e declaração atestando que não está exercendo atividade remunerada seja ela formal ou informal, sob as penas da Lei e consequente eliminação do Concurso Público.

5. O candidato doador de sangue, que optar por realizar a inscrição com o benefício conferido pela Lei Municipal n.º 2.943/2009 (isenção da taxa de inscrição em Concurso Público), deverá, obrigatoriamente, apresentar até o dia 11 de maio de 2012 enviando por Sedex para o endereço da instituição organizadora do Concurso Público, situada na Rua Lamenha Lins, 59, Centro, Curitiba-PR, CEP: 80250-020, comprovante de duas doações de sangue, efetuadas no período dos últimos 12 (doze) meses, expedidas por bancos de sangue ou instituições de saúde vinculadas ao SUS (Sistema Único de Saúde). A isenção da taxa será concedida somente se comprovado o transcurso de 3 (três) meses da última doação.

6. Para as solicitações de isenção da taxa de inscrição, as cópias dos documentos exigidos poderão ser autenticadas pela pessoa responsável pelo recebimento das solicitações na instituição organizadora do Concurso Público, situada na Rua Lamenha Lins, 59, Centro, Curitiba-PR, e no caso de envio por Sedex deverão, obrigatoriamente, estarem autenticadas em Cartório e serem enviadas até a data limite de 11 de maio de 2012.

7. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos e que queiram participar do certame deverão gerar a segunda via do boleto por meio do endereço eletrônico www.concursocec.com.br/concursos (acesso a área exclusiva do candidato) e efetivar seu pagamento na forma do subitem 4.10 (quatro ponto dez) deste Edital.

8. Os candidatos somente poderão se inscrever para um único cargo. Caso haja efetivação da inscrição, mediante pagamento da taxa correspondente, referente a mais de uma inscrição, pelo mesmo candidato, será considerada apenas a que o candidato prestar a Prova de Conhecimentos.

9. Para efetuar a inscrição, é indispensável o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

10. As inscrições deverão ser realizadas no período das 8 horas do dia 30 de abril de 2012 até as 23 horas do dia 17 de maio de 2012 (horário de Brasília), devendo o candidato preencher, obrigatoriamente, de forma completa e correta, todos os campos da ficha de solicitação de inscrição, fazer a conferência das informações, imprimir o boleto bancário e pagar a taxa de inscrição em qualquer agência bancária do território nacional, ou pela Internet via "bankline" até, inclusive, o dia 18 de maio de 2012.

11. A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato de todas as condições estabelecidas neste Edital, devendo declarar na ficha de solicitação de inscrição que tem ciência e concorda que, quando convocado, deverá entregar todos os documentos comprobatórios exigidos para o cargo, por ocasião da nomeação.

12. O boleto bancário referido no subitem 4.10 (quatro ponto dez) deverá ser impresso pelo candidato, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição.

13. O valor da taxa de inscrição será o seguinte:

- R\$ 80,00 (oitenta reais) para os cargos de Nível Superior - Regime Estatutário;
- R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o cargo do Nível Médio Administrativo – Regime Estatutário.
- R\$ 30,00 (trinta reais) para o cargo do Nível Médio Serviços Gerais – Regime Estatutário;

1. As inscrições realizadas com pagamento após a data citada no subitem 4.10 (quatro ponto dez) serão indeferidas.

2. No caso do pagamento da taxa de inscrição ser realizado com cheque que venha a ser devolvido, por qualquer motivo, a Comissão Especial do Concurso Público reserva-se ao direito de indeferir a inscrição e tomar as medidas legais cabíveis.

3. A Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira e a empresa contratada para a organização do Concurso não se responsabilizam por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4. Não será aceita inscrição condicional ou extemporânea.

5. A inscrição somente será considerada confirmada após a identificação eletrônica do pagamento da taxa.

6. O comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato, devendo ser apresentado quando houver necessidade.

7. As informações prestadas no pedido de inscrição via Internet, mesmo as prestadas por meio da Agência do Trabalhador de Palmeira, serão de exclusiva responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão Especial do Concurso Público do direito de excluir do certame o candidato que não preencher o formulário de forma completa e correta, pressupondo-se, pela formalização desses atos, o conhecimento pormenorizado deste Edital, com a consequente aceitação de todos os seus termos.

8. A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha de Inscrição acarretará em insubsistência da inscrição, nulidade de aprovação e/ou da classificação, além da perda dos direitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

9. A efetivação da inscrição implica a sujeição deste Edital em todos os seus termos.

10. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá especificar no formulário de inscrição quais os recursos especiais necessários, indicando-os claramente. O não preenchimento do formulário implicará na não concessão do auxílio no dia da realização das provas.

11. A solicitação de atendimento especial será analisada e atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

12. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova de conhecimentos deverá levar um acompanhante, o qual ficará em sala reservada e será responsável pela guarda da criança.

É de competência da Comissão, por meio de sua Presidência, o indeferimento das inscrições que não atenderem às exigências do presente Edital. As inscrições indeferidas serão afixadas em Edital na sede do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná, e divulgadas no endereço eletrônico www.concursocec.com.br/concursos a partir do dia 22 de maio de 2012.

14. O candidato poderá recorrer do indeferimento da inscrição, mediante requerimento devidamente fundamentado, dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Concurso, protocolando-o até as 17h do dia 24 de maio de 2012, na sede da Prefeitura Municipal de Palmeira, sito a Praça Marechal Floriano Peixoto, 11.

5. Da Inscrição para Portadores de Necessidades Especiais

5.1. As pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para preenchimento das vagas nos cargos cujas atribuições sejam compatíveis com as necessidades especiais de que são portadoras, sendo reservadas 3% (três por cento) das vagas oferecidas, obedecidas as disposições da Lei Municipal n.º 2.031 de 31 de dezembro de 1999.

1. É considerada necessidade especial toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

2. Não serão considerados como necessidades especiais os distúrbios passíveis de correção.

5.2. A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo, ou na realização da prova pelo portador de necessidades especiais, é obstativa à inscrição no Concurso.

5.3. Não obsta à inscrição ou ao exercício das atribuições pertinentes ao cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual.

5.4. O candidato portador de necessidades especiais deverá protocolar na sede da Prefeitura Municipal de Palmeira, situada na Praça Marechal Floriano Peixoto, 11, Palmeira, Paraná, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com essa referência ao Código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa de necessidade especial, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, conforme especificado no subitem 4.23 (quatro ponto vinte e três).

1. No ato da inscrição, o candidato portador de necessidades especiais que necessite de tratamento diferenciado no dia do Concurso deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova.

2. O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo, no ato da inscrição, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, conforme especificado no subitem 5.4 (cinco ponto quatro).

3. Aos deficientes visuais (amblíopes), que solicitarem prova especial, serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

4. Os candidatos que não atenderem os dispositivos mencionados no subitem 5.4 (cinco ponto quatro) serão considerados como não portadores de necessidades especiais.

5.5. Os candidatos portadores de necessidades especiais participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere a conteúdo, avaliação, horário e local da realização das provas.

5.6. Na falta de candidatos aprovados para provimento das vagas reservadas para portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais aprovados, em estrita observância à ordem classificatória.

6. Das Provas

6.1. O concurso será composto de Prova de Conhecimentos e de Prova de Títulos para os candidatos do Grupo Nível Superior.

6.2. Todos os candidatos deverão, obrigatoriamente, prestar a Prova de Conhecimentos, sob pena de eliminação do Concurso Público.

7. Da Prova de Conhecimentos

1. A Prova de Conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada na data provável de 27 de maio de 2012.

2. Na data provável de 24 de maio de 2012, será publicado o edital com o local de provas e ensalamento. O Edital estará disponível na sede da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná, e no site www.concursocec.com.br/concursos na seção de ensalamentos.

3. Será de exclusiva responsabilidade do candidato a verificação do local da prova e o comparecimento no correto local publicado no Edital de Ensalamto.

4. Em hipótese alguma será fornecido o ensalamento via telefone ou e-mail.

5. Não será aplicada prova, em hipótese alguma, fora do espaço físico, datas e horários predeterminados em edital ou em comunicado.

6. Não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao Concurso Público no estabelecimento de aplicação das provas.

7. A duração da prova será de 3 (três) horas, com início às 15 horas e término às 18 horas (horário de Brasília).

8. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de trinta minutos do horário fixado para o início da prova.

9. Não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso de qualquer candidato aos locais de realização da prova, após as 14 horas e 55 minutos, horário fixado para o fechamento dos portões de acesso aos locais das provas.

10. Após o horário fixado para o fechamento dos portões de acesso aos locais das provas, não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso de qualquer candidato aos locais de sua realização.

11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a data, local e horário da realização da prova como justificativa de sua ausência. O não comparecimento à prova, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará na sua eliminação do Concurso Público.

12. Os candidatos deverão apresentar-se para a Prova de Conhecimentos munidos de:

7.12.1. Documento de identidade original;

7.12.1.1. Caso o candidato fique impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido no máximo de 30 (trinta) dias anteriores à realização das provas e outro documento que contenha fotografia.

7.12.2. Caneta esferográfica de tinta azul ou preta (escrita grossa).

1. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar o documento de identidade original, na forma definida neste edital, será automaticamente eliminado do Concurso.

2. O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação. Não será aceita cópia, mesmo que autenticada.

3. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares; pelas Secretarias de Segurança Pública; pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Conselhos e similares); Passaportes; Certificado de Reservista; Carteira de Trabalho; e Carteira Nacional de Habilitação (somente o novo modelo, com foto).

4. Não serão aceitos como documentos de identidade: Certidões de Nascimento; Títulos Eleitorais; Carteira Nacional de Habilitação (modelo antigo, sem foto); Carteiras de Estudante; Carteiras Funcionais; nem documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados.

5. A Comissão do Concurso Público reserva-se do direito de, a qualquer tempo, mandar colher a impressão digital de candidatos para posterior análise por especialistas em identificação, em caso de dúvidas relativas à fisionomia, à assinatura do portador ou à condição de conservação do documento apresentado.

6. Acarretará na eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas para a realização das provas, definidas neste edital, ou em outros relativos ao Concurso, ou nas instruções constantes na capa da prova, bem como o tratamento incorreto ou descortês a qualquer pessoa.

envolvida na aplicação das provas.

7. Não será permitida a utilização, nos locais de provas, de armas e/ou aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, bip, telefone celular, walkman, receptor, gravador, laptops e similares que possam comprometer a segurança do Concurso Público). Caso o candidato venha a portar qualquer um desses objetos, eles deverão ser desligados e colocados no chão, embaixo da carteira. O descumprimento da presente instrução implicará a eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.

8. Não será permitido, durante a realização da prova, o uso de gorros, bonés, óculos escuros e de relógios, que deverão ser guardados pelos candidatos no chão, embaixo da carteira. O controle e informação do tempo serão realizados pelos fiscais de sala.

9. Durante a realização das provas não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

10. Para todos os cargos, das provas de conhecimentos constarão 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha (com cinco alternativas cada questão, das quais somente uma será aceita como resposta) e versarão sobre assuntos do Conteúdo Programático conforme descritos no subitem 7.23 (sete ponto vinte e três) deste Edital.

11. Das Questões da Prova de Conhecimentos:

Grupo Nível Superior – Regime Estatutário:

Para os cargos de Assistente Social, Advogado, Contador e Médico Perito, a prova será composta de 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa e 5 (cinco) questões de Informática, tendo peso de 0,18 (zero vírgula dezoito) pontos cada resposta correta; e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos da área de atuação, tendo peso de 0,27 (zero vírgula vinte e sete) pontos cada resposta correta, totalizando 9 (nove) pontos.

Grupo Nível Médio Administrativo – Regime Estatutário:

Para o cargo de Técnico Administrativo, a prova será composta de 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Raciocínio Lógico e 5 (cinco) questões de Informática, tendo peso de 0,24 (zero vírgula vinte e quatro) pontos cada resposta correta; e 10 (dez) questões de Conhecimentos Específicos da área de atuação, tendo peso de 0,28 (zero vírgula vinte e oito) pontos cada resposta correta, totalizando 10 (dez) pontos.

Grupo Nível Médio Serviços Gerais – Regime Estatutário:

Para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a prova será composta de 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 15 (quinze) questões de Matemática e 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais, tendo peso de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos cada resposta correta, totalizando 10 (dez) pontos.

1. Os Conteúdos Programáticos estão contidos no Anexo Único deste Edital, que estará à disposição dos candidatos no ato da inscrição no site www.concursocec.com.br/concursos na seção de editais.

2. O candidato deverá transcrever as respostas da prova de conhecimentos para a Folha de Respostas, que será o único instrumento válido para a sua correção, sendo que o prejuízo advindo do preenchimento incorreto será de inteira responsabilidade do candidato.

3. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos na Folha de Respostas, em especial seu nome, número de inscrição, número do documento de identidade e opção de cargo. Qualquer divergência deverá ser comunicada para o fiscal de sala.

4. O preenchimento da Folha de Respostas deve ser realizado com caneta esferográfica azul ou preta, de escrita grossa.

5. O candidato não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

6. É vedada a substituição da Folha de Respostas decorrente de erro cometido por candidato.

7. É de inteira responsabilidade do Candidato o prejuízo advindo de marcação efetuada incorretamente na Folha de Respostas.

8. Na correção da Folha de Respostas, será atribuída a pontuação zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasura.

9. O candidato que deixar de assinar a Folha de Respostas e/ou a Lista de Presença será eliminado do Concurso Público.

10. Ao terminar a prova, o Candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, a Folha de Respostas devidamente assinada. Somente poderá levar o caderno de provas para o candidato que permanecer na sala por, no mínimo, duas horas após o início da Prova de Conhecimentos.

11. O Candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início da Prova de Conhecimentos. A inobservância deste item acarretará a não correção da prova e, conseqüentemente, a eliminação do Candidato no Concurso Público.

12. Não será permitido ao candidato que ainda estiver realizando a prova ausentar-se do recinto, a não ser em caso especial e acompanhado por um componente da equipe de aplicação do Concurso Público.

13. A Prova de Conhecimentos, como está explícito no subitem 7.7 (sete ponto sete), terá duração de 03 (três) horas, incluído nesse tempo a identificação do candidato e o preenchimento da Folha de Respostas.

14. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação

das provas em virtude de afastamento do candidato do local de provas.

15. Os 03 (três) últimos Candidatos de cada sala deverão entregar a Folha de Respostas ao mesmo tempo, assinar o Termo de Encerramento de Prova e retirar-se, todos juntos, da sala.

16. Não será permitida, sob nenhuma hipótese, a entrada de candidatos no local da prova:

- a) sem a Cédula de Identidade (original), nos termos previstos no subitem 7.15 (sete ponto quinze);
- b) após o horário previamente determinado, ficando os retardatários automaticamente eliminados do Concurso Público;
- c) acompanhados de crianças ou mesmo de adultos.

1. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante responsável pela guarda da criança que ficará em sala reservada para essa finalidade. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova.

2. Os cadernos de provas e os gabaritos da Prova de Conhecimentos serão afixados em Edital na sede da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná e divulgados no site www.concursocec.com.br/concursos na data provável de 28 de maio de 2012.

3. O candidato poderá solicitar anulação de questão ou mudança de gabarito, mediante requerimento devidamente fundamentado com provas pertinentes, dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Concurso, protocolando-o até as 17h do dia 30 de maio de 2012, na sede da Prefeitura Municipal de Palmeira, situada na Praça Marechal Floriano Peixoto, 11, Palmeira, Paraná.

4. Requerimentos fora do prazo serão preliminarmente indeferidos.

5. Por decisão da Comissão Especial de Concurso há possibilidade de mudança de gabarito ou anulação devidamente justificada de questão(ões) e, nesta última hipótese, cada questão anulada será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos do cargo correspondente à(s) questão(ões) anulada(s).

6. Considerar-se-á APROVADO ou CLASSIFICADO para a próxima fase do Concurso Público o candidato que obter na Prova de Conhecimentos nota igual ou superior a 4,5 (quatro vírgula cinco) pontos.

7. O resultado da Prova de Conhecimentos será divulgado em Edital na sede da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná e no site www.concursocec.com.br/concursos a partir do dia 6 de junho de 2012.

8. Da Prova de Títulos

1. A Prova de Títulos para os Candidatos do Grupo Nível Superior – Regime Estatutário será realizada na data provável de 27 de maio de 2012, em consonância com a Prova de Conhecimentos.

2. A Prova de Títulos terá o valor máximo de 1 (um) ponto e será realizada de acordo com os seguintes critérios:

- Título de Especialização (mínimo de 360 horas/aula) em área específica do cargo pretendido – 0,3 (zero vírgula três) pontos cada título.
- Título de Mestrado em área específica do cargo pretendido – 0,5 (zero vírgula cinco) pontos cada título.
- Título de Doutorado em área específica do cargo pretendido – 1 (um) ponto.

1. O certificado e/ou declaração de conclusão de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, conforme Resolução CNE n.º 01, de 03 de abril de 2001, alterado pela Resolução CNE n.º 01, de 08 de junho de 2007.

2. Os certificados de pós-graduação expedidos no exterior somente serão aceitos se revalidados por instituição pública de ensino superior do Brasil.

3. Todo documento da Prova de Títulos expedido em língua estrangeira, somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

4. Os Títulos deverão ser apresentados por meio de fotocópias autenticadas em cartório competente.

5. Os documentos deverão ser entregues, em envelope lacrado, com a identificação do Concurso, o nome do candidato por extenso, o número de inscrição e a opção do cargo, e discriminados em relação específica, sem rasuras ou emendas, identificadas com o nome completo do candidato, número do documento de identidade e opção do cargo, devendo esta relação ser datada e assinada pelo candidato.

6. Os candidatos que possuírem titulações que no somatório ultrapassem o valor de 1 (um) ponto devem ter conhecimento que o valor máximo computado será este.

7. Não será aceita a entrega de títulos, em hipótese alguma, fora do espaço físico, data e horário predeterminado.

8. A nota obtida na Prova de Títulos será acrescida à da Prova de Conhecimentos para critério de classificação no Concurso Público.

9. O candidato que não apresentar títulos não pontuará, porém não estará eliminado do Concurso Público.

9. Da Classificação

9.1. Para os candidatos aos cargos que houver exigência somente de Prova de Conhecimentos, serão considerados classificados aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 4,5 (quatro vírgula cinco) pontos.

9.2. Do Grupo Nível Superior – Regime Estatutário serão considerados classificados

aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 4,5 (quatro vírgula cinco) pontos na Prova de Conhecimentos, independente da nota obtida na Prova de Títulos. Para obtenção da nota final e para critérios de classificação, a pontuação da Prova de Conhecimentos será somada à da Prova de Títulos.

9.3. Em caso de empate na nota final do Concurso Público, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- tiver idade superior a 60 (sessenta) anos, como determina o artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, sendo que no caso de empate entre dois idosos, terá preferência o de idade mais elevada, considerando-se ano, mês e dia de nascimento;
- obtiver, na Prova de Conhecimentos, maior pontuação em Conhecimentos Específicos (quando esses conhecimentos fizerem parte da prova) ou obtiver, na Prova de Conhecimentos, maior pontuação em Conhecimentos Gerais (quando não forem exigidos Conhecimentos Específicos);
- obtiver maior idade, para candidatos não enquadrados na letra "a" deste item, considerando ano, mês e dia de nascimento;

10. Dos Recursos

1. Será admitido recurso quanto ao indeferimento da inscrição, à formulação das questões da prova, à opção considerada como certa na Prova de Conhecimentos, ao resultado da Prova de Conhecimentos, ao resultado da Prova de Títulos e ao resultado final do Concurso.

2. Os recursos deverão ser interpostos no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente à publicação do ato.

3. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no subitem 10.1 (dez ponto um).

4. Somente serão aceitos recursos devidamente fundamentados, interpostos dentro do prazo e com indicação do número do Edital que regulamenta o Concurso, nome do candidato, número de inscrição e indicação do cargo ao qual concorre o candidato.

5. Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Especial do Concurso e protocolados na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Marechal Floriano Peixoto, n.º 11, Palmeira, Paraná.

6. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) na Prova de Conhecimentos será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos que as possuíam em sua(s) prova(s) e que efetivamente realizaram o concurso, alterando suas classificações quando for o caso.

7. Não serão aceitos recursos interpostos por qualquer outro meio que não seja o especificado neste Edital.

8. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e (ou) recursos de gabarito oficial definitivo.

9. É de responsabilidade da empresa CEC – Concursos e Editora Curitiba Ltda. a elaboração da prova, a correção da prova, a divulgação do gabarito, análise e resposta de eventuais recursos de questão(ões) da prova e apresentação do resultado final dos classificados.

10. A decisão dos recursos será divulgada por meio de edital a ser publicado na sede da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná e no site www.concursocec.com.br/concursos.

11. Do Resultado Final

11.1. A divulgação do resultado final está prevista para o dia 6 de junho de 2012.

11.2. Todos os resultados serão publicados no órgão oficial de publicações do Município de Palmeira e divulgados em Edital na sede da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná e no site www.concursocec.com.br/concursos.

12. Da Nomeação

1. A nomeação do candidato ao cargo fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos para a investidura constante deste Edital e da legislação vigente.

2. Os candidatos aprovados, quando eventualmente forem convocados, o que se dará por meio de publicação no Jornal "Palmeira", deverão se apresentar no horário e data estipulados, perante a Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a fim de cumprir com todas as formalidades exigíveis para a concretização do ato de nomeação, devendo ainda apresentar os documentos abaixo relacionados, em fotocópias autenticadas:

- Cédula de Identidade, comprovando possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos até essa data, sob pena de eliminação sumária e perda dos direitos decorrentes;
- CPF em situação regular perante a Receita Federal;
- PIS/PASEP;
- Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
- Certidão de Nascimento dos filhos com até 18 anos;
- Atestado de antecedentes criminais do domicílio;
- Certidão de Nascimento/Casamento ou Certidão de Óbito – do cônjuge quando for o caso de viúvo(a);
- Carteira de Trabalho (parte da foto – frente e verso e o último contrato);
- Diploma e/ou Certificado de conclusão do curso específico;

k) Registro no Conselho de Classe e comprovante de pagamento da anuidade atualizada, para os cargos em que é exigido o registro;

l) Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, com firma reconhecida, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e incisos XVI e XVII do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná;

m) Duas fotos 3x4, recentes;

n) Apresentar declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito no artigo 32 da Constituição de Estado do Paraná, na Lei Federal n.º 8.429, de 02/06/92, e no Decreto Estadual n.º 2.141, de 12/02/08.

1. A nomeação seguirá, rigorosamente, a ordem classificatória do Concurso Público e atenderá ao requisito de Aprovação em Exame de Saúde Física e Mental, a ser efetuado pelo órgão competente indicado pela Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social.

2. O candidato classificado e convocado para a nomeação e posse, se for de sua conveniência, poderá requerer o seu deslocamento para o final de lista, uma única vez, mediante pedido a ser efetuado em formulário próprio, fornecido pela Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social.

13. Do Exame Médico e da Posse

13.1. O candidato aprovado e habilitado para tomar posse no cargo deverá, obrigatoriamente, submeter-se a Avaliação Física e Mental, em caráter eliminatório, a ser efetuada pelo Médico Perito indicado pela Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, em local e horário previamente designados, sob pena de eliminação sumária dos fatos.

13.2. A comprovação da aptidão física e mental, necessárias para o exercício do cargo, será realizada por meio de laudo emitido pelo Médico Perito e exames laboratoriais e clínicos (custeados pelo candidato).

13.3. Será considerado eliminado o candidato que deixar de comparecer no horário e data estabelecidos no comunicado de convocação, ou que deixar de apresentar os documentos exigidos no subitem 12.2 (doze ponto dois) deste Edital.

13.4. Os candidatos, aprovados no concurso, serão nomeados e regidos pelo Regime Jurídico Único do Município de Palmeira, Lei Municipal n.º 1.700, de 28/03/1994.

14. Das Disposições Gerais

15.1. A respeito deste Concurso não serão fornecidas informações por telefone. Qualquer dúvida relativa ao processo de inscrição, ao(s) local(is) de prova(s), ao(s) ensalamento(s), à classificação, a gabaritos ou a outros itens do presente Edital poderão ser sanadas pessoalmente na sede da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n.º 2, Palmeira, Paraná ou por intermédio do e-mail cec@concursocec.com.br.

15.2. Não haverá segunda chamada ou repetição de provas. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a data, local e horário da realização de provas, como justificativa de sua ausência. O não comparecimento a provas, qualquer que seja o motivo, inclusive moléstia, luto ou atraso, caracterizará desistência do candidato e resultará na sua eliminação do Concurso Público.

15.3. Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas, faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação de provas.

15.4.

Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que, durante a Prova de Conhecimentos:

- for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- utilizar-se de livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos e/ou que se comunicar com outro candidato;
- for surpreendido portando telefone celular, gravador, receptor, pagers, notebook e/ou equipamento similar;
- recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de Fiscal;
- ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
- perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros.

15.5. O prazo de validade do presente Concurso é de 02 (dois) anos, contados a partir da data de publicação de sua homologação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social.

15.6. A nomeação no presente Concurso seguirá a ordem rigorosa de classificação, não assegurando ao candidato aprovado o direito de ingresso automático no Serviço Público da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social, ficando a concretização do ato de nomeação condicionada às observâncias das disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e conveniência da Administração. As vagas serão preenchidas na medida em que se fizerem presentes as necessidades e se houver disponibilidades financeiras e orçamentárias, atendendo o que preconiza a LC 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

15.7. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu endereço perante a Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira, sendo considerada

como recebida a correspondência remetida para o endereço fornecido, constante dos dados informados no ato da inscrição, mesmo que devolvida pela Empresa de Correios. 15.8. As certidões de aprovação e classificação dos candidatos do presente Concurso somente serão fornecidas durante o período de vigência do mesmo, através de requerimento efetivados no protocolo-geral do Município. 15.9. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela Comissão Especial de Concurso Público nomeada pelo Decreto n.º 7.740 de 15/04/2012 e pela empresa CEC – Concursos e Editora Curitiba Ltda., em conjunto ou no que couber a cada um. Palmeira, 16 de abril de 2011.

Luiz Carlos de Carvalho

Presidente da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social Eliane de Paula
Presidente da Comissão de Concurso

Anexo Único

Conteúdos Programáticos

Este anexo faz parte do Edital n.º 001/2012 da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira. Diz respeito aos Conteúdos Programáticos para as questões da Prova de Conhecimentos.

Questões que porventura envolvam conteúdos de aspectos legais terão por base a legislação em vigor na data de publicação deste Edital.

O Candidato deve estar atento ao subitem 7.23 (sete ponto vinte e três) do Edital n.º 001/2012 em referência aos conteúdos que serão objeto da Prova de Conhecimentos para cada cargo.

Grupo Nível Superior – Regime Estatutário

Programa de Língua Portuguesa (comum a todos os cargos deste Grupo)

01. Ortografia: Emprego de Letras (Nova Ortografia); 02. Separação de Sílabas; 03. Acentuação Gráfica; 04. Acento Indicativo de Crase; 05. Classes de Palavras: (reconhecimento e uso); Substantivo, Adjetivo, Pronome e Verbo; 06. Sintaxe de Colocação; 07. Concordância Verbal e Nominal; 08. Regência Verbal e Nominal; 09. Termos da oração; 10. Estrutura do Período: coordenação e subordinação; 11. Nexos oracionais: valor semântico e sintático das conjunções; 12. Semântica; 13. Sinonímia e Antonímia; 14. Coesão e Coerência; 15. Tipologia e Estrutura de Texto; 16. Variedade Linguística; 17. Compreensão e Interpretação de Texto; 18. Pontuação.

Programa de Informática

01. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware, software e periféricos. 02. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas (copiar, mover, criar, remover e renomear). 03. Sistema Operacional Windows. 04. Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas. 05. Conhecimentos básicos de edição de textos (criação de um novo documento, formatação e impressão). 06. Conceitos de Internet e Intranet. 07. Gerenciador de e-mail; 08. Procedimentos para o armazenamento de Dados e para a Realização de Cópia de Segurança (backup).

Programa de Conhecimentos Específicos – Assistente Social:

01. Ambiente de atuação do assistente social: instrumental de pesquisa em processos e investigação social: elaboração de projetos, métodos e técnicas qualitativas e quantitativas; propostas de intervenção na área social: planejamento estratégico, planos, programas, projetos e atividades de trabalho; avaliação de programas e políticas sociais; estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: sindicância, abordagem individual, técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes, e com famílias, atuação na equipe interprofissional (relacionamento e competências); diagnóstico.

02. Estratégias de trabalho institucional: conceitos de instituição; estrutura brasileira de recursos sociais; uso de recursos institucionais e comunitários; redação e correspondências oficiais: laudo e parecer (sociais e psicossociais), estudo de caso, informação e avaliação social. 03. Atuação em programas de prevenção e tratamento: uso do álcool, tabaco e outras drogas: questão cultural, social, e psicológica; doenças sexualmente transmissíveis; Aids; atendimento às vítimas. 04. Políticas sociais: relação Estado/sociedade; contexto atual e o neoliberalismo; políticas de seguridade e previdência social; políticas de assistência e Lei Orgânica da Assistência Social; políticas de Saúde e Sistema Único de Saúde (SUS) e Agências reguladoras; políticas educacionais e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Política Nacional do Idoso. 05. Legislação de Serviço Social: níveis, áreas e limites de atuação do profissional de serviço social; ética profissional.

06. Políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n.º 8.069/1990; defesa de direitos da criança e do adolescente (ECA), Lei Federal n.º 8.069/1990; delegacias; adoção e guarda; normas, processos jurídico e psicossocial, adoção à adoção internacional; violência contra crianças e adolescentes e combate à violência; formas de violência contra crianças e adolescentes: maus-tratos, abuso sexual, negligência e abandono; prostituição infanto-juvenil; extermínio, sequestro e tráfico de crianças; exploração sexual no trabalho e no tráfico de drogas; sexo turismo; violência contra jovens; gangues; delinquência infanto-juvenil: visão psicológica, cultural e sociológica; trajetórias delinquentiais e o papel da família e da justiça; meninos e meninas de rua: questões econômica e social e o abandono; trabalho infanto-juvenil; modalidades de família: diagnóstico, abordagem sistêmica e estratégias de atendimento e acompanhamento; alternativas para a resolução de conflitos: conciliação e media-

ção. 07. Estatuto do Idoso, Lei Federal n.º 10.741/2003. 08. Lei Municipal n.º 2.404/2005. Programa de Conhecimentos Específicos – Advogado:

01. Direito Constitucional – 1.1 Poder constituinte originário e derivado. 1.2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.2.1 Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada. 1.3 “Habeas corpus”, “habeas data”, mandado de segurança (Lei n.º 12.016/2009). 1.4 Organização dos poderes. 1.4.1 Organização dos poderes nos municípios. 1.5 Espécies normativas: emenda constitucional, lei complementar, lei ordinária e medida provisória. 1.6 Perfil constitucional dos Municípios. 1.6.1 Competência legislativa dos Municípios. 1.7 Controle de constitucionalidade. 1.8 Súmulas vinculantes. 1.9 Constituição Federal – Capítulo VII – Da Administração Pública. 1.10 Emendas Constitucionais números 20/98, 41/03 e 47/05; 02. Direito Administrativo – 2.1 Princípios constitucionais da Administração Pública. 2.2 Concurso público. 2.3 Licitação (Lei n.º 8.666/93). 2.3.1 Conceito de dispensa de licitação. 2.3.2 Conceito de inexigibilidade de licitação. 2.3.3 Modalidades de licitação. 2.4 Contratos administrativos. 2.4.1 Cláusulas exorbitantes. 2.5 Responsabilidade civil do Estado. 2.6 Improbidade administrativa. 2.6.1 Sanções decorrentes de ato de improbidade administrativa. 2.7 Atos administrativos. 2.7.1 Atributos dos atos administrativos. 2.7.2 Elementos dos atos administrativos. 2.7.3 Discricionariedade e vinculação. 2.8 Regime Jurídico Administrativo. 2.9 Deveres e Poderes da Administração Pública. 2.10 Administração Direta e Indireta. 2.11 Servidores Públicos; 03. Direito Previdenciário – 3.1 Os Princípios do Direito Previdenciário. 3.2 Lei n.º 9.217, de 27 de novembro de 1998. 3.3 Lei n.º 9.796, de 5 de maio de 1999. 3.4 Decreto n.º 3.788, de 11 de abril de 2001. 3.5 Lei Municipal n.º 2.404/2005 e alterações; 04. Direito Civil – 4.1 Personalidade e capacidade civil. 4.2 Bens públicos. 4.3 Defeitos dos negócios jurídicos; 05. Direito Processual Civil – 5.1 Condições da ação. 5.2 Pressupostos processuais. 5.3 Petição inicial: conceito, requisitos. 5.4 Pedidos: espécies, modificação, cumulação. 5.5 Resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção. 5.6 Revelia. 5.7 Litisconsórcio. 5.8 Intervenção de terceiros. 5.8.1 Assistência. 5.8.2 Oposição. 5.8.3 Nomeação à autoria. 5.8.4 Denúncia da parte. 5.8.5 Chamamento ao processo. 5.9 Antecipação de tutela. 5.10 Prazo. 5.10.1 Prazo no caso de existência de litisconsortes. 5.10.2 Prazo: art. 188 do Código de Processo Civil. 5.11 Sentença e coisa julgada. 5.12 Recursos: apelação, agravo, recurso retido, agravo de instrumento, recurso especial, recurso extraordinário. 5.13 Execução fiscal: procedimento. 5.13.1 Exceção de pré-executividade. 06. Direito Penal – 6.1 Crimes contra a Administração Pública. 6.1.1 Conceito de funcionário público para efeitos penais (art. 327 do Código Penal). 6.1.2 Peculato. 6.1.3 Concussão. 6.1.4 Excesso de exação.

Programa de Conhecimentos Específicos – Contador:

01. Orçamento e Contabilidade Pública – 1.1 Administração Pública: Administração Direta e Indireta; 1.2 Processo Orçamentário: Plano Plurianual, Lei De Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; 1.3 Princípios Orçamentários; 1.4 Classificação Orçamentária: Classificação Institucional, Funcional-Programática, Econômica e por Fonte de Recursos; 1.5 Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias; 1.6 Execução Orçamentária e Contábil: Estágios da Receita e da Despesa Pública; 1.7 Créditos Adicionais. 1.8 Patrimônio Público: Aspectos Qualitativos e Quantitativos; 1.9 Variações Patrimoniais: Variações Ativas e Variações Passivas; 1.10 Dívida Pública Flutuante e Fundada; 1.11 Plano de Contas: Função e Funcionamento das Contas; 1.12 Escrituração Contábil; 1.13 Controle Interno e Controle Externo; 1.14 Prestação de Contas e Transparência na Gestão Fiscal: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Relatório de Gestão Fiscal e Balanço Geral do Exercício. 02. Contabilidade Geral – 2.1 Princípios Contábeis; 2.2 Regime de Competência; 2.3 Plano de Contas; 2.4 Conciliação Contábil; 2.5 Registros Contábeis; 2.6 Controle Contábil e Registros do Ativo Imobilizado, Diferido e Patrimônio Líquido; 2.7 Demonstrações Contábeis; 2.8 Estruturação e Movimento das Contas Contábeis; 2.9 Demonstração do Resultado do Exercício; 2.10 Balanço Patrimonial; 2.11 Mutações do Patrimônio Líquido; 2.12 Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos; 2.13 Análise e Interpretação de Demonstrações Contábeis. 03. Legislação – 3.1 Lei n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998. 3.2 Lei n.º 9.796, de 5 de maio de 1999. 3.3 Decreto n.º 3.788, de 11 de abril de 2001. 3.4 Lei Municipal n.º 2.404/2005 e alterações.

Programa de Conhecimentos Específicos – Médico Perito:

01. Medicina Geral – 1.1 Ética médico-profissional. 1.2 Noções de epidemiologia: conceito, histórico e objetivos; relações de causa e efeito; índices e coeficientes sanitários; noções sobre a evolução natural das variadas doenças e os conceitos de epidemia, endemia, pandemia e prozodemia; epidemiologia atualmente no Brasil; epidemias e endemias atuais; doenças comunicáveis; investigação epidemiológica; níveis de prevenção e medidas profiláticas. 1.3 Clínica médica e conduta médico-pericial. 1.3.1 Noções gerais das áreas médicas: clínica médica; cirurgia; gineco-obstetrícia; psiquiatria; ortopedia; cardiologia. 1.3.2 Conduta pericial. 02. Medicina do Trabalho – 2.1 A Segurança e Saúde no Trabalho nos diplomas legais vigentes no país: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.2 Segurança e a Saúde no Trabalho nas seguintes Normas Internacionais da Organização Internacional do Trabalho ? OIT: Convenção n.º 81 ? Inspeção do Trabalho (Decreto n.º 95.461, de 11/12/1987); Convenção n.º 139 ? Prevenção e controle de riscos profissionais causados por substâncias ou agentes cancerígenos (Decreto n.º 157, de 02/06/1991); Convenção n.º 148 ? Proteção dos Trabalhadores contra os riscos profissionais devidos à contaminação do ar, ao ruído, às vibrações no local de trabalho (Decreto n.º 93.413, de 15/10/1986); Convenção n.º 155 ? Segurança de Saúde dos Trabalhadores (Decreto n.º 1.254, de 29/09/1994); Convenção n.º 161 ? Serviços de Saúde do Trabalho (Decreto n.º 127, de 22/05/1991). 2.3 Doenças ocupacionais, acidente do trabalho e conduta médico-pericial: conceito e epidemiologia;

impacto do trabalho sobre a saúde e segurança dos trabalhadores; indicadores de saúde ? doença dos trabalhadores; situação atual da saúde dos trabalhadores no Brasil; patologia do trabalho; conduta pericial; Normas Técnicas das LER/DORT. **03. Legislação do Trabalho** – Consolidação das Leis do Trabalho ? CLT – Títulos I e II. **04. Legislação Previdenciária** – Seguridade Social: origem e evolução no Brasil; conceituação; organização e princípios constitucionais. **05. Lei Municipal n.º 2.404/2005 e alterações.**

Grupo Nível Médio Administrativo – Regime Estatutário

Programa de Língua Portuguesa

01. Ortografia: Emprego de Letras; **02.** Separação de Sílabas; **03.** Acentuação Gráfica; **04.** Acento Indicativo de Crase; **05.** Classes de Palavras: (reconhecimento e uso): Substantivo, Adjetivo, Pronome e Verbo; **06.** Sintaxe de Colocação; **07.** Concordância Verbal e Nominal; **08.** Regência Verbal e Nominal; **09.** Termos da oração; **10.** Estrutura do Período: coordenação e subordinação; **11.** Nexos oracionais: valor semântico e sintático das conjunções; **12.** Semântica; **13.** Sinonímia e Antonímia; **14.** Coesão e Coerência; **15.** Tipologia e Estrutura de Texto; **16.** Variedade Linguística; **17.** Compreensão e Interpretação de Texto; **18.** Pontuação.

Programa de Raciocínio Lógico

A prova de raciocínio lógico objetiva medir a habilidade do candidato em entender a estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas, e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Nenhum conhecimento mais profundo de lógica formal ou matemática será necessário para resolver as questões. As questões das provas poderão tratar das seguintes áreas: **01.** Trigonometria. **02.** Álgebra linear. **03.** Probabilidades. **04.** Combinações, Arranjos e Permutação. **05.** Geometria Básica. **06.** Noções de matemática financeira: Regra de três, Porcentagem e Juros simples.

Programa de Conhecimentos Específicos – Técnico Administrativo:

01. Redação de Expedientes (Manual de Redação Oficial da Presidência da República); **02.** Noções de Administração Pública – 2.1 Princípios da Administração Pública; 2.2 Entidades Componentes; **04.** Constituição da República Federativa do Brasil – 4.1 Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5.º ao Art. 17 da CF); 4.2 Organização do Estado (Art. 18 ao Art. 43 da CF); **05.** Noções de Direito Administrativo – 5.1 Organização Administrativa do Estado; 5.2 Licitações (Lei Federal n.º 8.666/93); **06.** Lei Municipal n.º 2.404/2005 e alterações.

Grupo Nível Médio Serviços Gerais – Regime Estatutário

Programa de Língua Portuguesa

01. Ortografia: emprego correto das letras; **02.** Acentuação Gráfica; **03.** Pontuação; **04.** Classe das palavras: substantivo, adjetivo, artigo, pronome e verbo; **05.** Concordância nominal; **06.** Concordância verbal; **07.** Compreensão e Interpretação de textos.

Programa de Matemática

01. Operações: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radicação no conjunto dos números reais; **02.** Razões e proporções; **03.** Medidas de comprimento, massa capacidade e tempo; **04.** Áreas e perímetro de figuras planas; **05.** Regra de três simples; **06.** Equações de 1.º grau; **07.** Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo divisor comum.

Programa de Conhecimentos Gerais

01. Fundação; Colonização; Fatos e Aspectos Históricos; Localização Geográfica e Limites; Extensão Territorial; Distritos e Localidades; Atividades Econômicas e Histórico Político do Município de Palmeira; **02.** Tópicos sobre aspectos de diversas áreas, tais como economia, educação, energia, esporte, meio ambiente, política, sociedade, relações internacionais e tecnologia (do Município de Palmeira, do Estado do Paraná, do Brasil e do Mundo).

Edital – Dispensa de Licitação n.º 001 de 21/03/2.012

O Presidente do Conselho Administrativo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo,

Em conformidade com o Art. 24, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, torna público que homologa o pedido de Dispensa de Licitação, solicitado pela Comissão Permanente de Licitação do RPPS, adjudicando o objeto: contratação de pessoa jurídica para elaboração de Concurso Público Municipal, para a empresa "CEC Concursos e Editora Curitiba Ltda.", inscrita no CNPJ/MF sob n.º 73.442.113/0001-10, estabelecida na Rua Lamenha n.º 59, em Curitiba, Estado do Paraná.

Sede do RPPS, Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 21 de Março de 2012.

Luiz Carlos de Carvalho

Presidente do Conselho Administrativo – RPPS

Resolução n.º 006 de 01/03/2.012

Ementa: Nomeia os integrantes para a Comissão de Licitação do RPPS.

O Presidente do Conselho Administrativo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear os componentes da Comissão de Licitação do RPPS, a qual será responsável pela abertura, apreciação e julgamento dos processos licitatórios vinculados

ao Regime Próprio de Previdência Social.

Artigo 2º - Ficam nomeados, pelo prazo de 01 (um) ano a contar desta data, para integrar a presente comissão, os seguintes conselheiros:

Presidente: Simone Follador

Secretária: Vanda Valéria Ponjaleski dos Santos

Membros: Sérgio Rodrigues, Evandro Pacheco dos Santos e Elisabete Freitas de Jesus

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 01 de Março de 2012.

Luiz Carlos de Carvalho

Presidente do Conselho Administrativo – RPPS

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA

Portaria n.º 355 de 09 de Abril de 2012.

A Câmara Municipal, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições, diante do Requerimento sob n.º 145/12, por meio do qual o Edir Havrechaki informa sua exoneração do cargo de Secretário Municipal de Governo e Planejamento e requer sua reassunção no cargo de vereador, resolve:

Art. 1º Autorizar, a partir desta data, a reassunção do vereador Edir Havrechaki, anteriormente nomeado para assumir a Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, da qual foi exonerado.

Parágrafo Único: Fica afastado do cargo de vereador, voltando a ser suplente, o Sr. Eliezer Borcoski.

Art. 2º Encaminhe-se uma cópia desta Portaria para os Departamentos Financeiro e Administrativo, para que sejam tomadas as devidas providências.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 09 de Abril de 2012.

Max Vida Santos

Presidente da Câmara

Aviso de Licitação n.º 004/2012 - Carta Convite

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Palmeira no exercício das atribuições que lhe compete, vem tornar público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 04 de maio de 2012, às 10:00 (dez horas) em sua Sede à Rua Coronel Vida, n.º 211, Centro- Palmeira- Paraná, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitações n.º 004/2012 na modalidade Convite.

Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação

Aquisição de Cesta Básica para Casado e Cesta Básica para Solteiro, para uso deste legislativo.

Obs: O Edital e demais documentos pertinentes à presente Licitação, em apreço poderão ser examinados e fornecidos pela Câmara Municipal de Palmeira, no endereço supra citado, conforme o § 5º do Artigo 32 da Lei Federal n.º 8.666/93, durante o expediente de segunda a sexta feira nos horários 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

A proponente deverá entregar à Comissão de Licitação, até às 16:00 (dezesseis) horas do dia 02/05/2012 em envelopes separados: Envelope n.º 01 – Habilitação e Envelope n.º 02 – Proposta de Preços.

Palmeira, 25 de abril de 2012.

Max Vida Santos

Presidente

Aviso de Licitação n.º 003/2012 - Carta Convite

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Palmeira no exercício das atribuições que lhe compete, vem tornar público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 21 de maio de 2012, às 10:00 (dez horas) em sua Sede à Rua Coronel Vida, n.º 211, Centro- Palmeira- Paraná, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitações n.º 003/2012 na modalidade Convite.

Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação

Aquisição de Materiais de Expediente e Materiais de Informática, para uso deste legislativo.

Obs: O Edital e demais documentos pertinentes à presente Licitação, em apreço poderão ser examinados e fornecidos pela Câmara Municipal de Palmeira, no endereço supra citado, conforme o § 5º do Artigo 32 da Lei Federal n.º 8.666/93, durante o expediente de segunda a sexta feira nos horários 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

A proponente deverá entregar à Comissão de Licitação, até às 16:00 (dezesseis) horas do dia 18/05/2012 em envelopes separados: Envelope n.º 01 – Habilitação e Envelope n.º 02 – Proposta de Preços.

Palmeira, 03 de maio de 2012.

Max Vida Santos

Presidente

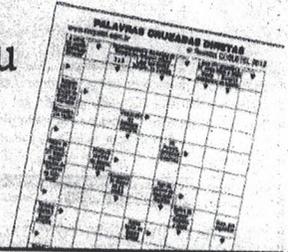
SERVIÇO E DIVERSÃO
Aniversariantes

■ Página 9



DIVIRTA-SE
Cruzadas e sudoku

■ Página 9



GAZETA DO POVO

los

Beneficiários

empregos

imóveis locação vendas

automóveis

multi

atlas leilões & comunicados

HOJE
781
ofertas

RO DA XV Rua XV de Novembro, 2359 • Cabral Av. Paraná, 1181, loja 2 • MERCÊS Rua Jacare-
21 • SÃO JOSÉ DOS PINHAIS Rua Veríssimo Marquês, 1353 • VILA HAUER Av. Mal. Floriano
às 18h.
2º a 5º das 9h às 19h e 6º das 9h às 20h.

De 2º a 6º das 9h às 19h atendimento@gazetadopovo.com.br

Região metropolitana • 0800 418686 Para outras localidades

11233 - Estoquista

11231 - Assistente Controladoria (Excel Avançado)

Benefícios: Assistência Médica / Vale Refeição / Vale Transporte / Seguro de Vida

INTERESSADOS ENVIAR CURRÍCULO COM PRETENSÃO SALARIAL PARA:
RH@GRUPOSULPAR.COM.BR
COLOCAR O NOME DA VAGA DESEJADA NO ASSUNTO DO E-MAIL

CONCURSO PÚBLICO

AUTARQUIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

CARGOS: Assistente Social, Advogado, Contador, Médico Perito, Técnico Administrativo e Auxiliar de Serviços Gerais

INSCRIÇÕES: no período das 8 horas do dia 30 de abril de 2012 até as 23 horas do dia 17 de maio de 2012. **PROVA:** 27 de maio de 2012.

INFORMAÇÕES: www.concursocec.com.br/concursos

CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN admite:

• 3 quartos / suíte

CIBRACO
IMÓVEIS
www.cibraco.com.br

Matrícula nº1122 - 1º circunscrição

Imobiliária
Rua Manoel Ribas
302-1818 / 3050-2224

Empresa de nível nacional em franca expansão, atuante no mercado de recuperação de ativos,
através de processos com formalidade e rapidez de decisão.

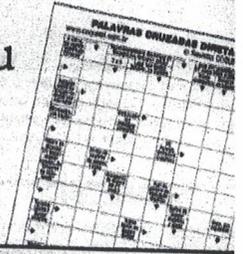
SERVIÇO E DIVERSÃO
Aniversariantes

■ Página 9



DIVIRTA-SE
Cruzadas e sudoku

■ Página 9



dos



GAZETA DO POVO

significados

empregos

imóveis locação venda

automóveis

multi

atas leilões & comunicados

TO DA XV Rua XV de Novembro, 2359 • Cabral Av. Paraná, 1181, loja 2 • MERCÊS Rua Jacare-
21 • SÃO JOSÉ DOS PINHAIS Rua Veríssimo Marquês, 1353 • VILA HAUER Av. Mal. Floriano
às 18h.

2ª à 5ª das 9h às 19h e 6ª das 9h às 20h.

HOJE

781

ofertas

De 2ª à 6ª das 9h às 19h atendimento@gazetadopovo.com.br

e Região Metropolitana de Curitiba. Para outras localidades

11233 - Estoquista

11231 - Assistente Controladoria (Excel Avançado)

Benefícios: Assistência Médica / Vale Refeição / Vale Transporte / Seguro de Vida

INTERESSADOS ENVIAR CURRÍCULO COM PRETENSÃO SALARIAL PARA:
RH@GRUPOSULPAR.COM.BR
COLOCAR O NOME DA VAGA DESEJADA NO ASSUNTO DO E-MAIL

CONCURSO PÚBLICO

AUTARQUIA DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

CARGOS: Assistente Social, Advogado,
Contador, Médico Perito, Técnico
Administrativo e Auxiliar de Serviços Gerais.

INSCRIÇÕES: no período das 8 horas do dia 30 de abril de 2012 até
as 23 horas do dia 17 de maio de 2012. **PROVA:** 27 de maio de 2012.

INFORMAÇÕES: www.concursocec.com.br/concursos

CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN admite:

• 3 quartos / suíte



www.cibraco.com.br

Empresa de nível nacional em franca expansão, atuante no mercado de recuperação de ativos,
através de parcerias com fracionário, empreendedores e companhias de recuperação de ativos.

Matrícula nº 1192 - to.cibraco.com.br



COMUNICADO N.º 002 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, Estado do Paraná, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1. A homologação dos candidatos inscritos no Concurso Público – Edital n.º 001/2012, conforme listagem abaixo:

Cargo: Advogado

Candidato	Identidade
Alessandro Ligeski	4.661.418-6
Aline Aparecida Chugam Cuba	6.858.460-4
Ana Carolina D'avila	9.262.558-3
André Mauricio Caxambu	4.584.617-2
Andrea Caroline Martins	8.099.416-8
Carlos Silvio Rupel Neto	8.764.102-3
Cátia Aparecida Gross	9.589.341-4
Clarissa Chilanti Stella	7.059.724.067
Daniel Roberto Balansin	8.797.396-4
Danielle Simão	9.222.763-4
Erica Mocelin Flugel	9.610.758-7
Everton Fernando Hegler	9.092.976-3
Fabio Henrique da Silva	8.475.776-4
Fábio Mauricio Andreatto	7.005.890-1
Fernando José Alcântara Baggio de Oliveira	7.140.877-9
Gisele Nogosek	8.505.939-4
Guilherme Tobias de Freitas Oniesko	9.312.396-4
Hortência Mayer	8.500.310-0
João Paulo Santos Verbinski	8.724.094-0
João Victor de Santa Clara	9.204.740-7
Juliano Kapp de Oliveira	8.884.421-1
Leandro Felipe Batista Ebel	9.738.087-2
Luanna Maria Krynski dos Santos	10.069.699-1
Lucas Felipe Jacobs	64.474.093-5
Osmario Tadeu Kruszileski Bredow	6.102.274-0
Paulo Cesar de Lara	4.591.362-7
Roberson Jose Almeida	7.537.936-6
Rutson Luiz Alvarez	5.332.088-0
Suelen Francine Rigoni	9.093.513-5
Taynara Mardegan	10.230.318-0
Vagner Mezzadri	8.884.373-8
Victor Brostulin Vida	5.914.390-5
Viviane Waleria Bahia dos Santos	9.734.032-3
Viviane Weingärtner	5.110.277-0
Wagner Simionato	6.321.416-7
Wilson Antonio Xavier Küster Junior	6.438.132-6



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



Cargo: Assistente Social

Candidato	Identidade
Alessandra Preslhak	9.018.672-8
Aline Bach de Almeida	9.485.519-5
Amanda Fernandes	10.985.052-7
Ana Perla Galvão da Silva	7.905.669-3
Ana Teresa da Cruz	6.390.247-0
Anagiza Bach Heinrichs	8.797.961.0
Andressa de Oliveira Garcia	7.062.794.602
Débora Puchalski Bronoski	8.959.139-2
Denis Cezar Musial	10.077.599-9
Fabiani Ramos Bach	9.199.411-9
Fernanda dos Santos	10.044.914-5
Isabela Fatae Kawanishi	9.585.590-3
Lis Fátima Schimiguel	9.612.607-7
Lourdes Aparecida Torres	12.879.556-6
Marcia Regina Wansovicz Matozo	3.988.116-0
Mayara Rodrigues de Almeida	10.255.746-8
Melissa Aparecida Batista Bassani	53.528.844-3
Paula Feitosa Ferreira	8.350.738-1
Roberta de Oliveira Breailo	7.569.628-0
Tacyane Martins Osternach	9.866.073-9
Tatiane Cristina Leite dos Santos	34.190.782-0
Vanessa Eidam	9.989.665-5

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Candidato	Identidade
Angelica Cristina dos Santos Viante	10.247.077-0
Daiane Americano	8.958.269-5
Drieli Monise de Souza	10.345.544-8
Eliane Aparecida Passos dos Santos	8.697.170-4
Elismara Vasco	8.384.462-0
Eriton Schon	8.221.508-5
Fabiele Ribas	8.797.945-8
Glaci Teixeira	9.374.552-3
Ivete Kuhn	4.902.412-6
Joelma Meneguel da Anunciação	7.287.873-6
Joselia Ferreira Soares	6.112.379-2
Laurenice Levandoski	6.016.228-0
Léia Cristina de Souza	8.236.757-8
Liliana Hubsch	7.553.517-1
Luciane Cochinski	61.788.862
Maria Alice Freitas Slusarz	4.823.245-0
Marli Terezinha da Luz	4.567.630-7
Neide Marisa Viante	5.940.397-4
Osmarina Mioduski	5.646.085-3
Rosilane Moreira de Lara	8.723.444-4



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



Candidato	Identidade
Silmara Aparecida Gonçalves Franco	5.308.041-3
Silvia Maria Ferreira	6.154.118-7
Sonia Mara Jantara Maidl	4.777.852-2
Tania Ristow Rolinski	3.315.692-8
Vera Lucia Marques	8.626.947-3
Zelia Severiano Ferreira	7.502.762-1

Cargo: Contador

Candidato	Identidade
Andréia Brunosky	9.733.965-1
Cleber Passoni	6.415.629-2
Fagner Talegnani	8.695.654-3
Francine Marchini Ferreira	7.657.169-4
Marcos Ribas	6.153.590-0
Maria da Graca Sampaio	6.302.909-2
Michel de Oliveira	6.153.602-7
Mirian do Carmo Prestes Cruchelski	4.021.178-0
Natalia Santana Valente	1.109.879-9
Roseli Madalena Fernandes	3.395.030-6
Wilson Carlos Hass	6.153.578-0

Cargo: Médico Perito

Candidato	Identidade
Adriana Gorski Bredow	5.588.251-7
Eduardo Traiano	7.995.285-0
Eliane de Barros Pinheiro	3.351.148-5
Fernando José Oliva	5.802.918-1

Cargo: Técnico Administrativo

Candidato	Identidade
Adriane Maria Bach	11.103.031-6
Adriel Felipe Soares	10.786.464-4
Alan Danilo Moura	8.275.211-0
Alessandra Bach	5.701.611-6
Alessandra Marques Stadler	3.989.986-8
Alessandro Levandovski Macedo	10.311.512-4
Ana Carolina Baltazar Robes	10.588.588-1
Ana Paula Frast Barão	8.144.271-1
Ana Paula Schuartz	3.126.371
Anagáis Celícia Bagdinski	8.343.079-6
Andrieni Caldas de Paula	8.958.222-9
Anelize Zadra Pacheco	7.145.813-0
Angélica de Lara Machado	10.983.464-5
Anna Angélica Alves Moscalesky	9.051.130-0
Anna Paula Cieslak	8.370.749-6
Anna Sofia Woinarovicz	9.967.037-1



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



Candidato	Identidade
Anne Marie Camargo Colaço	12.686.267-9
Bianca Borges	10.276.976-7
Bruna Ferrando	9.319.685-6
Bruno Renan Miduski dos Reis	10.375.650-2
Caio Glauco Cherobim	8.500.649-5
Camila Fernandes dos Santos	8.372.794-2
Carla Daiana de Souza	9.419.970-0
Carla Daiane Bresciani	9.042.234-0
Carlos Henrique Prestes	7.027.589-9
Cassiane de Fatima Biauki Stacoviaki	8.050.121-8
Celso Henrique Lechinski Bedim	10.985.007-1
Cleide Nara Donini	10.196.090-0
Cleriton Assunção Rein	5.377.219-6
Daniele Borkoski	12.302.010-3
Daniele do Nascimento	9.485.557-8
Daysi Baptista Pinheiro	10.786.473-3
Denis Ferreira	12.956.948-4
Denise Baggio	10.276.959-7
Diego Ferreira da Mota	10.984.979-0
Edinéia Peppe Furtuoso	8.537.981-0
Edson Francisco dos Santos	8.252.584-0
Eliane Aparecida Blanc	9.066.130-2
Eliane Padilha	9.688.908-9
Elimar Scolimoski	7.002.106-4
Elisa Carla Barletta	9.208.060-9
Elizangela Meira Breda	10.795.173-3
Emerson Rafael Schartner	8.383.269-0
Eturi Visnieski	8.038.449-1
Everson da Silva Rocha	9.631.190-7
Fabiano Kardek Oliveira Correia	6.178.886-7
Felipe Augusto Barcelos	9.051.121-1
Felippe de Souza Costa	10.985.022-5
Flavio Henrique de Freitas	11.073.884-6
Franciely Zakrzewski	9.568.786-5
Francine Albuquerque	6.285.366-2
Gabriel de Freitas Santos	7.716.391-3
Gabriel Macedo	9.630.870-1
Gabriele Cristina Carrilho dos Santos	9.551.372-7
Gabriella Rocha Alves de Britto	10.101.978-0
Geovane Zaleski	9.981.098-0
Gleciellen Diniz Moscalesky Verbinski	9.032.985-5
Grasielle de Santa Clara	9.704.757-0
Guilherme Ristow Rolinski	11.029.469-7
Helder Rodrigues da Mota	34.942.122-5
Heliton Gorte Padilha	9.491.933-9
Hemerson Cassiano Laynes	11.169.237-8



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



Candidato	Identidade
Isabel Mochenski	9.032.959-6
Jade Kruger	10.809.042-1
Janinha Santana	7.724.992-3
Jarbas Antonio Moura Junior	10.752.551-3
Joanise Kusiak	5.392.690-8
Jocilene Rebinski Szanoski	6.415.403-6
Jordano Cherobim	9.051.092-4
José Melo da Silveira	6.436.782-0
Josele Rodrigues dos Santos Cury	625.576-3
Josiane Muller	8.281.889-8
Juliana Mayara Bastos Antunes	10.849.222-8
Karina Conceição Dlugosz	9.485.506-3
Karita Daiane Salles	9.767.279-2
Kellen Veridiane Orchanheski de Andrade Lins	10.548.363-5
Leandro Levandovski Macedo	10.085.323-0
Leliane Aparecida Bedim	9.188.446-1
Lenilson Ruppel	10.247.076-1
Leon Louis Camargo Rolinski	11.029.554-5
Lessandra da Silva	11.169.226-2
Lucas Levandoski Camargo	10.557.443-6
Lucimara Kieras Novak	8.937.594-0
Ludimila Karine Schroeder	10.215.972-1
Luiz Gustavo de Oliveira	9.392.060-0
Luiz Henrique Novaki	10.435.348-7
Mairon Vinicius de Paula Kuhn	8.502.096-0
Marcelo Fritz	8.139.364-8
Marcelo Osternack	4.951.319-4
Marcia Vantropa Nepomoceno Monegate	7.027.593-7
Marcos Vagner Burke	13.233.100-6
Maria Isalete Swiech Wendler	4.851.532-0
Mariane Schweigert	9.568.839-0
Marilia de Amorim	9.947.872-1
Marilis Pereira da Cunha	8.266.655-9
Mario Thiago Scheidt	12.401.017-9
Marlene Gielinski	7.631.125-0
Marlene Muchibnski de Freitas	5.193.193-9
Milka Xavier de Souza	6.781.747-8
Mireille Maciel	7.298.482-0
Olivia Iolanda da Luz Paes	7.833.451-7
Pablo Delfrate	8.909.557-3
Patricia Lindebeck	12.354.027-1
Paulo Cesar Cordeiro	10.277.012-9
Paulo César Marin	9.511.575-6
Priscila Aparecida de Lima	8.118.642-1
Priscila de Paula Scheremeta	7.756.075-0
Rafael Renato Ribas	12.709.130-7



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



Candidato	Identidade
Ricardo Mendes da Luz	10.505.531-5
Roberto Dias de Siqueira	8.094.497-7
Ronice Bueno Marques	8.797.958-0
Rosana Antunes Dorada	10.215.984-5
Roselaine Dzierva Rogoski	8.541.684-7
Rosemari Schweigert	9.443.975-2
Sandra Aparecida Pereira	8.845.398-0
Silvia da Conceição Aracheski	564.029-5
Simone Rogalski Riffert	9.359.934-9
Suelen Bochenek	10.312.634-7
Tamires de Lima Astord	9.688.902-0
Tatiana Koubay do Amaral	6.778.530-4
Tiago Zagobinski de Freitas	10.214.694-8
Valter Palmeira Ramos	10.435.679-6
Viviane da Silva	9.767.299-7
Walkiria Santos Ponijalski	9.070.164-9
Wilian Ferreira Guimaraes	11.169.208-4

Palmeira, 22 de maio de 2012.


LUIZ CARLOS DE CARVALHO
Presidente da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social


ELIANE DE PAULA
Presidente da Comissão de Concurso



COMUNICADO N.º 002 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, Estado do Paraná, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1. A homologação dos candidatos inscritos no Concurso Público – Edital n.º 001/2012, conforme listagem abaixo:

Cargo: Advogado

Candidato	Identidade
Alessandro Ligeski	4.661.418-6
Aline Aparecida Chugam Cuba	6.858.460-4
Ana Carolina D'avila	9.262.558-3
André Maurício Caxambu	4.584.617-2
Andrea Caroline Martins	8.099.416-8
Carlos Silvio Rupel Neto	8.764.102-3
Cátia Aparecida Gross	9.589.341-4
Clarissa Chilanti Stella	7.059.724.067
Daniel Roberto Balansin	8.797.396-4
Danielle Simão	9.222.763-4
Erica Mocelin Flugel	9.610.758-7
Everton Fernando Hegler	9.092.976-3
Fabio Henrique da Silva	8.475.776-4
Fábio Maurício Andreatto	7.005.890-1
Fernando José Alcântara Baggio de Oliveira	7.140.877-9
Gisele Nogosek	8.505.939-4
Guilherme Tobias de Freitas Oniesko	9.312.396-4
Hortência Mayer	8.500.310-0
João Paulo Santos Verbinski	8.724.094-0
João Victor de Santa Clara	9.204.740-7
Juliano Kapp de Oliveira	8.884.421-1
Leandro Felipe Batista Ebel	9.738.087-2
Luanna Maria Krynski dos Santos	10.069.699-1
Lucas Felipe Jacobs	64.474.093-5
Osmario Tadeu Kruszileski Bredow	6.102.274-0
Paulo Cesar de Lara	4.591.362-7
Roberson Jose Almeida	7.537.936-6
Rutson Luiz Alvarez	5.332.088-0
Suelen Francine Rigoni	9.093.513-5
Taynara Mardegan	10.230.318-0
Vagner Mezzadri	8.884.373-8
Victor Brostulin Vida	5.914.390-5
Viviane Waleria Bahia dos Santos	9.734.032-3
Viviane Weingärtner	5.110.277-0
Wagner Simionato	6.321.416-7
Wilson Antonio Xavier Küster Junior	6.438.132-6



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



Cargo: Assistente Social

Candidato	Identidade
Alessandra Preslhak	9.018.672-8
Aline Bach de Almeida	9.485.519-5
Amanda Fernandes	10.985.052-7
Ana Perla Galvão da Silva	7.905.669-3
Ana Teresa da Cruz	6.390.247-0
Anagiza Bach Heinrichs	8.797.961.0
Andressa de Oliveira Garcia	7.062.794.602
Débora Puchalski Bronoski	8.959.139-2
Denis Cezar Musial	10.077.599-9
Fabiani Ramos Bach	9.199.411-9
Fernanda dos Santos	10.044.914-5
Isabela Futae Kawanishi	9.585.590-3
Lis Fátima Schimiguel	9.612.607-7
Lourdes Aparecida Torres	12.879.556-6
Marcia Regina Wansovicz Matozo	3.988.116-0
Mayara Rodrigues de Almeida	10.255.746-8
Melissa Aparecida Batista Bassani	53.528.844-3
Paula Feitosa Ferreira	8.350.738-1
Roberta de Oliveira Brecailo	7.569.628-0
Tacyane Martins Osternach	9.866.073-9
Tatiane Cristina Leite dos Santos	34.190.782-0
Vanessa Eidam	9.989.665-5

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Candidato	Identidade
Angelica Cristina dos Santos Viante	10.247.077-0
Daiane Americano	8.958.269-5
Drieli Monise de Souza	10.345.544-8
Eliane Aparecida Passos dos Santos	8.697.170-4
Elismara Vasco	8.384.462-0
Eriton Schon	8.221.508-5
Fabiele Ribas	8.797.945-8
Glaci Teixeira	9.374.552-3
Ivete Kuhn	4.902.412-6
Joelma Meneguel da Anunciação	7.287.873-6
Joselia Ferreira Soares	6.112.379-2
Laurenice Levandoski	6.016.228-0
Léia Cristina de Souza	8.236.757-8
Liliana Hubsch	7.553.517-1
Luciane Cochinski	61.788.862
Maria Alice Freitas Slusarz	4.823.245-0
Marli Terezinha da Luz	4.567.630-7
Neide Marisa Viante	5.940.397-4
Osmarina Mioduski	5.646.085-3
Rosilane Moreira de Lara	8.723.444-4



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



Candidato	Identidade
Silmara Aparecida Gonçalves Franco	5.308.041-3
Silvia Maria Ferreira	6.154.118-7
Sonia Mara Jantara Maidl	4.777.852-2
Tania Ristow Rolinski	3.315.692-8
Vera Lucia Marques	8.626.947-3
Zelia Severiano Ferreira	7.502.762-1

Cargo: Contador

Candidato	Identidade
Andréia Brunosky	9.733.965-1
Cleber Passoni	6.415.629-2
Fagner Talegnani	8.695.654-3
Francine Marchini Ferreira	7.657.169-4
Marcos Ribas	6.153.590-0
Maria da Graça Sampaio	6.302.909-2
Michel de Oliveira	6.153.602-7
Mirian do Carmo Prestes Cruchelski	4.021.178-0
Natalia Santana Valente	1.109.879-9
Roseli Madalena Fernandes	3.395.030-6
Wilson Carlos Hass	6.153.578-0

Cargo: Médico Perito

Candidato	Identidade
Adriana Gorski Bredow	5.588.251-7
Eduardo Traiano	7.995.285-0
Eliane de Barros Pinheiro	3.351.148-5
Fernando José Oliva	5.802.918-1

Cargo: Técnico Administrativo

Candidato	Identidade
Adriane Maria Bach	11.103.031-6
Adriel Felipe Soares	10.786.464-4
Alan Danilo Moura	8.275.211-0
Alessandra Bach	5.701.611-6
Alessandra Marques Stadler	3.989.986-8
Alessandro Levandovski Macedo	10.311.512-4
Ana Carolina Baltazar Robes	10.588.588-1
Ana Paula Frast Barão	8.144.271-1
Ana Paula Schuartz	3.126.371
Anagáis Cécilia Bagdinski	8.343.079-6
Andrieni Caldas de Paula	8.958.222-9
Anelize Zadra Pacheco	7.145.813-0
Angélica de Lara Machado	10.983.464-5
Anna Angélica Alves Moscalesky	9.051.130-0
Anna Paula Cieslak	8.370.749-6
Anna Sofia Woinarovicz	9.967.037-1



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



Candidato	Identidade
Anne Marie Camargo Colaço	12.686.267-9
Bianca Borges	10.276.976-7
Bruna Ferrando	9.319.685-6
Bruno Renan Miduski dos Reis	10.375.650-2
Caio Glauco Cherobim	8.500.649-5
Camila Fernandes dos Santos	8.372.794-2
Carla Daiana de Souza	9.419.970-0
Carla Daiane Bresciani	9.042.234-0
Carlos Henrique Prestes	7.027.589-9
Cassiane de Fatima Biauki Stacoviaki	8.050.121-8
Celso Henrique Lechinski Bedim	10.985.007-1
Cleide Nara Donini	10.196.090-0
Heriton Assunção Rein	5.377.219-6
Daniele Borkoski	12.302.010-3
Daniele do Nascimento	9.485.557-8
Daysi Baptista Pinheiro	10.786.473-3
Denis Ferreira	12.956.948-4
Denise Baggio	10.276.959-7
Diego Ferreira da Mota	10.984.979-0
Edinéia Peppe Furtuoso	8.537.981-0
Edson Francisco dos Santos	8.252.584-0
Eliane Aparecida Blanc	9.066.130-2
Eliane Padilha	9.688.908-9
Elimar Scolimoski	7.002.106-4
Elisa Carla Barletta	9.208.060-9
Elizangela Meira Breda	10.795.173-3
Emerson Rafael Schartner	8.383.269-0
Eturi Visnieski	8.038.449-1
Everson da Silva Rocha	9.631.190-7
Fabiano Kardek Oliveira Correia	6.178.886-7
Felipe Augusto Barcelos	9.051.121-1
Felippe de Souza Costa	10.985.022-5
Flavio Henrique de Freitas	11.073.884-6
Franciely Zakrzewski	9.568.786-5
Francine Albuquerque	6.285.366-2
Gabriel de Freitas Santos	7.716.391-3
Gabriel Macedo	9.630.870-1
Gabriele Cristina Carrilho dos Santos	9.551.372-7
Gabriella Rocha Alves de Britto	10.101.978-0
Geovane Zaleski	9.981.098-0
Gleciellen Diniz Moscalesky Verbinski	9.032.985-5
Grasielle de Santa Clara	9.704.757-0
Guilherme Ristow Rolinski	11.029.469-7
Helder Rodrigues da Mota	34.942.122-5
Heliton Gorte Padilha	9.491.933-9
Hemerson Cassiano Laynes	11.169.237-8

Página 4 de 6



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



Candidato	Identidade
Isabel Mochenski	9.032.959-6
Jade Kruger	10.809.042-1
Janinha Santana	7.724.992-3
Jarbas Antonio Moura Junior	10.752.551-3
Joanise Kusiak	5.392.690-8
Jocilene Rebinski Szanoski	6.415.403-6
Jordano Cherobim	9.051.092-4
José Melo da Silveira	6.436.782-0
Josele Rodrigues dos Santos Cury	625.576-3
Josiane Muller	8.281.889-8
Juliana Mayara Bastos Antunes	10.849.222-8
Karina Conceição Dlugosz	9.485.506-3
Marita Daiane Salles	9.767.279-2
Kellen Veridiane Orchanheski de Andrade Lins	10.548.363-5
Leandro Levandovski Macedo	10.085.323-0
Leliane Aparecida Bedim	9.188.446-1
Lenilson Ruppel	10.247.076-1
Leon Louis Camargo Rolinski	11.029.554-5
Lessandra da Silva	11.169.226-2
Lucas Levandoski Camargo	10.557.443-6
Lucimara Kieras Novak	8.937.594-0
Ludimila Karine Schroeder	10.215.972-1
Luiz Gustavo de Oliveira	9.392.060-0
Luiz Henrique Novaki	10.435.348-7
Mairon Vinicius de Paula Kuhn	8.502.096-0
Marcelo Fritz	8.139.364-8
Marcelo Osternack	4.951.319-4
Marcia Vantropa Nepomoceno Monegate	7.027.593-7
Marcos Vagner Burke	13.233.100-6
Maria Isaete Swiech Wendler	4.851.532-0
Mariane Schweigert	9.568.839-0
Marilia de Amorim	9.947.872-1
Marilis Pereira da Cunha	8.266.655-9
Mario Thiago Scheidt	12.401.017-9
Marlene Gielinski	7.631.125-0
Marlene Muchibnski de Freitas	5.193.193-9
Milka Xavier de Souza	6.781.747-8
Mireille Maciel	7.298.482-0
Olivia Iolanda da Luz Paes	7.833.451-7
Pablo Delfrate	8.909.557-3
Patricia Lindebeck	12.354.027-1
Paulo Cesar Cordeiro	10.277.012-9
Paulo César Marin	9.511.575-6
Priscila Aparecida de Lima	8.118.642-1
Priscila de Paula Scheremeta	7.756.075-0
Rafael Renato Ribas	12.709.130-7



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012



Candidato	Identidade
Ricardo Mendes da Luz	10.505.531-5
Roberto Dias de Siqueira	8.094.497-7
Ronice Bueno Marques	8.797.958-0
Rosana Antunes Dorada	10.215.984-5
Roselaine Dzierva Rogoski	8.541.684-7
Rosemari Schweigert	9.443.975-2
Sandra Aparecida Pereira	8.845.398-0
Silvia da Conceição Aracheski	564.029-5
Simone Rogalski Riffert	9.359.934-9
Suelen Bochenek	10.312.634-7
Tamires de Lima Astord	9.688.902-0
Tatiana Koubay do Amaral	6.778.530-4
Diogo Zagobinski de Freitas	10.214.694-8
Valter Palmeira Ramos	10.435.679-6
Viviane da Silva	9.767.299-7
Walkiria Santos Ponijalski	9.070.164-9
Wiliam Ferreira Guimaraes	11.169.208-4

Palmeira, 22 de maio de 2012.


LUIZ CARLOS DE CARVALHO
Presidente da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social

ELIANE DE PAULA
Presidente da Comissão de Concurso

Convite nº 22/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, QUE SERÃO DISTRIBUÍDOS ENTRE AS 5 (QUINZE) ESCOLAS MUNICIPAIS E 02 (DOIS) CMEIS.

Data de abertura das Propostas: A abertura das propostas ocorrerá no dia 04 de junho de 2012, às 14h00min na Prefeitura Municipal de Palmeira, sito à Praça Marechal Floriano nº 11, na presença da Comissão Permanente de Licitação.

Valor máximo: R\$ 26.846,99 (Vinte e seis mil oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos).

Altamir Sanson
Prefeito Municipal

Convite nº 23/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNERAL ASSISTENCIAL PARA FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA COM BASE NO ARTIGO 22 DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LEI Nº. 8742/1993 E DECRETO Nº. 6307/2007 QUE DISPÕE SOBRE OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS.

Data de abertura das Propostas: A abertura das propostas ocorrerá no dia 05 de junho de 2012, às 09h30min na Prefeitura Municipal de Palmeira, sito à Praça Marechal Floriano nº 11, na presença da Comissão Permanente de Licitação.

Valor máximo: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

Altamir Sanson
Prefeito Municipal

Convite nº 24/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMAR A MÁQUINA RATOR ESTEIRA D5-B, PERTENCENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA, VINCULADA À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE.

Data de abertura das Propostas: A abertura das propostas ocorrerá no dia 05 de junho de 2012, às 14h00min na Prefeitura Municipal de Palmeira, sito à Praça Marechal Floriano nº 11, na presença da Comissão Permanente de Licitação.

Valor máximo: R\$ 36.329,57 (Trinta e seis mil trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos)

Altamir Sanson
Prefeito Municipal

Convite nº 25/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO, PARA A UMPA (UNIDADE DE PRODUÇÃO ALIMENTAR), INCLUINDO AS ÁREAS GERAIS INTERNAS, EXTERNAS E PERÍMETRO DE TODAS AS ÁREAS DO IMÓVEL E ANEL SANITÁRIO, POR UM PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES E DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO, A SER REALIZADO NAS ÁREAS GERAIS DAS COZINHAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS SENDO 15 (QUINZE) ESCOLAS E 02 (DOIS) CMEIS, POR UM PERÍODO DE 08 (OITO) MESES.

Data de abertura das Propostas: A abertura das propostas ocorrerá no dia 07 de junho de 2012, às 09h30min na Prefeitura Municipal de Palmeira, sito à Praça Marechal Floriano nº 11, na presença da Comissão Permanente de Licitação.

Valor máximo: R\$ 36.648,00 (Trinta e seis mil seiscentos e quarenta e oito reais)

Altamir Sanson
Prefeito Municipal

Tomada de Preço nº 01/2012**Processo Administrativo nº 1065/2012**

Objeto: Contratação de empresa sob regime de empreitada global, compreendendo material e mão-de-obra para execução de obra completa de construção de 83 (oitenta e três) módulos sanitários residenciais, com 3,22 m² de área, localizados em diversas unidades do município.

Tratada: N. DIAS MOREIRA e CIA LTDA; CNPJ: 03.085.108/0001-12.

Valor total homologado: R\$ 508.758,28 (quinhentos e oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Data de assinatura: 31 de maio de 2012.

Extrato do Contrato nº 528/2012 - Pregão Eletrônico nº 16/2012**Processo Administrativo nº 454/2012**

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição, montagem e instalação de 03 (três) conjuntos de equipamentos de ginástica que serão instalados em área ao ar livre em praças do município.

Tratada: D MAVINC PRODUTOS E SERVICOS LTDA – EPP, CNPJ: 03.222.596/0001-62.

Valor Total Homologado: R\$ 111.150,00 (Cento e onze mil cento e cinquenta reais).

Data de assinatura: 21 de maio de 2012.

Extrato de Adjudicação e Homologação - Pregão Eletrônico nº 16/2012**Processo Administrativo nº 454/2012**

PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, ESPECIALMENTE A LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, A VISTA DO PARECER CONCLUSIVO EXARADO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, HOMOLOGA O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, INCLUINDO O ATO DE ADJUDICAÇÃO PROFERIDO EM 19/05/2012 NOS SEGUINTE TERMOS:

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição, montagem e instalação de 03 (três) conjuntos de equipamentos de ginástica que serão instalados em área ao ar livre em praças do município.

Fonte de recurso: 08.002.27.812.0014.2.014.4.4.90.51.00.00., OBRAS E INSTALAÇÕES; 08.002.27.812.0014.2.014.4.4.90.52.00.00., EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Vencedor: D MAVINC PRODUTOS E SERVICOS LTDA – EPP, CNPJ: 03.222.596/0001-62.

Valor Total: R\$ 111.150,00 (Cento e onze mil cento e cinquenta reais).

Publique-se.

Palmeira, 19 de maio de 2012.

Altamir Sanson
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato de Financiamento nº 353.552-37/2011

Contrato Nº. 353.552-37/2011. Contrato Financiamento Programa Pró-Transporte Operações com Estados, Município e Distrito Federal. Contratante: Prefeitura Municipal de Palmeira. **Agente Financeiro: Caixa Econômica Federal. 00.360.305/0001-04.** Objeto: Empréstimo no valor de R\$ 7.274.150,00 (sete milhões, duzentos e cinco centavos), equivalente a 5,01% (cinco virgula zero um por cento) do valor do investimento. Juros: Sobre o Saldo devedor, inclusive no período de carência e até o vencimento da dívida à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano). Taxa Administrativa: Taxa nominal de 2% a.a (dois por cento ao ano), incidente sobre o saldo devedor atualizado. Taxa de risco de crédito: Taxa nominal de 0,5% a.a (zero virgula cinco por cento ao ano), incidente sobre o saldo devedor atualizado. Prazo de carência: 7 (sete) meses, contados da data da assinatura do contrato, e pode ser prorrogado, no máximo, até metade do prazo estabelecido. Amortização: 240 (duzentos e quarenta meses), contados a partir do término do período de carência. Data da assinatura: 01/03/2012.

Publique-se,

Palmeira, 30 de maio de 2012.

Mauri Chincoviaki
Secretário de Governo e Planejamento

AUTARQUIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PALMEIRA

Comunicado n.º 002**Homologação das Inscrições**

O Presidente da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira, Estado do Paraná, resolve:

Tornar Público:

1. A homologação dos candidatos inscritos no Concurso Público – Edital n.º 001/2012, conforme listagem abaixo:

Cargo: Advogado

Candidato	Identidade
Alessandro Ligesi	4.661.418-6
Aline Aparecida Chugam Cuba	6.858.460-4
Ana Carolina D'avila	9.262.558-3
André Maurício Caxambu	4.584.617-2
Andrea Caroline Martins	8.099.416-8
Carlos Silvío Rupel Neto	8.764.102-3
Cátia Aparecida Gross	9.589.341-4
Clarissa Chilanti Stella	7.059.724.067
Daniel Roberto Balansin	8.797.396-4
Danielle Simão	9.222.763-4
Erica Mocelin Flugel	9.610.758-7
Everton Fernando Hegler	9.092.976-3
Fábio Henrique da Silva	8.475.776-4
Fábio Maurício Andreatto	7.005.890-1
Fernando José Alcântara Baggio de Oliveira	7.140.877-9
Gisele Nogosek	8.505.939-4
Guilherme Tobias de Freitas Oniesko	9.312.396-4
Hortência Mayer	8.500.310-0
João Paulo Santos Verbinski	8.724.094-0
João Victor de Santa Clara	9.204.740-7

Juliano Kapp de Oliveira
Leandro Felipe Batista Ebel
Luanna Maria Krynski dos Santos
Candidato
Lucas Felipe Jacobs
Osmario Tadeu Kruszileski Bredow
Paulo Cesar de Lara
Roberson Jose Almeida
Rutson Luiz Alvarez
Suelen Francine Rigoni
Taynara Mardegan
Vagner Mezzadri
Victor Bröstulin-Vida
Yviviane Waleria Bahia dos Santos
Yviviane Weingartner
Wagner Simionato
Wilson Antonio Xavier Küster Junior

Cargo: Assistente Social**Candidato**

Alessandra Preslhak
Aline Bach de Almeida
Amanda Fernandes
Ana Perla Galvão da Silva
Ana Teresa da Cruz
Anagiza Bach Heinrichs
Andressa de Oliveira Garcia
Débora Puchalski Bronoski
Denis Cezar Musial
Fabiani Ramos Bach
Fernanda dos Santos
Isabela Futae Kawanishi
Lis Fátima Schimiguel
Lourdes Aparecida Torres
Marcia Regina Wansovicz Matozo
Mayara Rodrigues de Almeida
Melissa Aparecida Batista Bassani
Paula Feitosã Ferreira
Roberta de Oliveira Brecailo
Tacyane Martins Osternach
Tatiane Cristina Leite dos Santos
Vanessa Eidam

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais**Candidato**

Angelica Cristina dos Santos Viante
Daiane Americano
Drieli Monise de Souza
Eliane Aparecida Passos dos Santos
Elismara Vasco
Eriton Schon
Fabiele Ribas
Glaci Teixeira
Ivete Kuhn
Joelma Meneguel da Anunciação
Joselia Ferreira Soares
Laurenice Levandoski
Léia Cristina de Souza
Liliana Hubsch
Luciane Cochinski
Maria Alice Freitas Slusarz
Marli Terezinha da Luz
Neide Marisa Viante
Osmarina Mioduski
Rosilane Moreira de Lara
Silmara Aparecida Gonçalves Franco
Sílvia Maria Ferreira
Sonia Mara Jantara Maidl
Tania Ristow Rolinski
Vera Lucia Marques
Zelia Severiano Ferreira

Cargo: Contador**Candidato**

8.884.421-1
9.738.087-2
10.069.699-1
Identidade
64.474.093-5
6.102.274-0
4.591.362-7
7.537.936-6
5.332.088-0
9.093.513-5
10.230.318-0
8.884.373-8
5.914.390-5
9.734.032-3
5.110.277-0
6.321.416-7
6.438.132-6

Identidade

9.018.672-8
9.485.519-5
10.985.052-7
7.905.669-3
6.390.247-0
8.797.961.0
7.062.794.602
8.959.139-2
10.077.599-9
9.199.411-9
10.044.914-5
9.585.590-3
9.612.607-7
12.879.556-6
3.988.116-0
10.255.746-8
53.528.844-3
8.350.738-1
7.569.628-0
9.866.073-9
34.190.782-0
9.989.665-5

Identidade

10.247.077-0
8.958.269-5
10.345.544-8
8.697.170-4
8.384.462-0
8.221.508-5
8.797.945-8
9.374.552-3
4.902.412-6
7.287.873-6
6.112.379-2
6.016.228-0
8.236.757-8
7.553.517-1
61.788.862
4.823.245-0
4.567.630-7
5.940.397-4
5.646.085-3
8.723.444-4
5.308.041-3
6.154.118-7
4.777.852-2
3.315.692-8
8.626.947-3
7.502.762-1

Identidade

Cleber Passoni
Fagner Talegnani
Francine Marchini Ferreira
Marcos Ribas
Candidato
Maria da Graca Sampaio
Michel de Oliveira
Mirian do Carmo Prestes Cruchelski
Natalia Santana Valente
Roseli Madalena Fernandes
Wilson Carlos Hass
Cargo: Médico Perito

Candidato**Candidato**

Adriana Gorski Bredow
Eduardo Traiano
Eliane de Barros Pinheiro
Fernando José Oliva
Cargo: Técnico Administrativo
Candidato
Adriane Maria Bach
Adriel Felipe Soares
Alan Danilo Moura
Alessandra Bach
Alessandra Marques Stadler
Alessandro Levandovski Macedo
Ana Carolina Baltazar Robes
Ana Paula Frast Barão
Ana Paula Schuartz
Anagais Celícia Bagdinski
Andrieni Caldas de Paula
Anelize Zadra Pacheco
Angélica de Lara Machado
Anna Angélica Alves Moscalesky
Anna Paula Cieslak
Anna Sofia Woinarovicz
Anne Marie Camargo Colaço
Bianca Borges
Bruna Ferrando
Bruno Renan Miduski dos Reis
Caio Glauco Cherobim
Camila Fernandes dos Santos
Carla Daiana de Souza
Carla Daiane Bresciani
Carlos Henrique Prestes
Cassiane de Fatima Biauki Stacoviaki
Celso Henrique Lechinski Bedim
Cleide Nara Donini
Cleriton Assunção Rein
Daniele Borkoski
Daniele do Nascimento
Daisy Baptista Pinheiro
Denis Ferreira
Denise Baggio
Diego Ferreira da Mota
Edinéia Peppe Furtuoso
Edson Francisco dos Santos
Eliane Aparecida Blanc
Eliane Padilha
Elimar Scolimoski
Elisa Carla Barletta
Elizangela Meira Breda
Emerson Rafael Schartner
Ehuri Visnieski
Everson da Silva Rocha
Fabiano Kardek Oliveira Correia
Felipe Augusto Barcelos
Felippe de Souza Costa
Flavio Henrique de Freitas
Franciely Zakrzewski
Francine Albuquerque
Gabriel de Freitas Santos

6.415.629-2
8.695.654-3
7.657.169-4
6.153.590-0
Identidade
6.302.909-2
6.153.602-7
4.021.178-0
1.109.879-9
3.395.030-6
6.153.578-0

Identidade

5.588.251-7
7.995.285-0
3.351.148-5
5.802.918-1

Identidade

11.103.031-6
10.786.464-4
8.275.211-0
5.701.611-6
3.989.986-8
10.311.512-4
10.588.588-1
8.144.271-1
3.126.371
8.343.079-6
8.958.222-9
7.145.813-0
10.983.464-5
9.051.130-0
8.370.749-6
9.967.037-1
12.686.267-9
10.276.976-7
9.319.685-6
10.375.650-2
8.500.649-5
8.372.794-2
9.419.970-0
9.042.234-0
7.027.589-9
8.050.121-8
10.985.007-1
10.196.090-0
5.377.219-6
12.302.010-3
9.485.557-8
10.786.473-3
12.956.948-4
10.276.959-7
10.984.979-0
8.537.981-0
8.252.584-0
9.066.130-2
9.688.908-9
7.002.106-4
9.208.060-9
10.795.173-3
8.383.269-0
8.038.449-1
9.631.190-7
6.178.886-7
9.051.121-1
10.985.022-5
11.073.884-6
9.568.786-5
6.285.366-2
7.716.391-3

Gabriele Cristina Carrilho dos Santos	9.551.372-7
Gabriella Rocha Alves de Britto	10.101.978-0
Geovane Zaleski	9.981.098-0
Candidato	Identidade
Gleciellen Diniz Moscalesky Verbinski	9.032.985-5
Grasielle de Santa Clara	9.704.757-0
Guilherme Ristow Rolinski	11.029.469-7
Helder Rodrigues da Mota	34.942.122-5
Heliton Gorte Padilha	9.491.933-9
Hemerson Cassiano Laynes	11.169.237-8
Isabel Mochenski	9.032.959-6
Jade Kruger	10.809.042-1
Janinha Santana	7.724.992-3
Jarbas Antonio Moura Junior	10.752.551-3
Joanise Kusiak	5.392.690-8
Jocilene Rebinski Szanoski	6.415.403-6
Jordano Cherobim	9.051.092-4
José Melo da Silveira	6.436.782-0
Josele Rodrigues dos Santos Cury	625.576-3
Josiane Muller	8.281.889-8
Juliana Mayara Bastos Antunes	10.849.222-8
Karina Conceição Dlugosz	9.485.506-3
Karita Daiane Salles	9.767.279-2
Kellen Veridiane Orchanheski de Andrade Lins	10.548.363-5
Leandro Levandovski Macedo	10.085.323-0
Leliane Aparecida Bedim	9.188.446-1
Lenilson Ruppel	10.247.076-1
Leon Louis Camargo Rolinski	11.029.554-5
Lessandra da Silva	11.169.226-2
Lucas Levandoski Camargo	10.557.443-6
Lucimara Kieras Novak	8.937.594-0
Ludimila Karine Schroeder	10.215.972-1
Luiz Gustavo de Oliveira	9.392.060-0
Lu Henrique Novaki	10.435.348-7
Mairon Vinicius de Paula Kuhn	8.502.096-0
Marcelo Fritz	8.139.364-8
Marcelo Osternack	4.951.319-4
Marcia Vantropa Nepomoceno Monegate	7.027.593-7
Marcos Wagner Burke	13.233.100-6
Maria Isaete Swiech Wendler	4.851.532-0
Mariane Schweigert	9.568.839-0
Marilia de Amorim	9.947.872-1
Marlis Pereira da Cunha	8.266.655-9
Mario Thiago Scheidt	12.401.017-9
Marlene Gielinski	7.631.125-0
Marlene Muchibnski de Freitas	5.193.193-9
Milka Xavier de Souza	6.781.747-8
Mireille Maciel	7.298.482-0
Olivia Iolanda da Luz Paes	7.833.451-7
Pablo Delfrate	8.909.557-3
Patricia Lindebeck	12.354.027-1
Paulo César Cordeiro	10.277.012-9
Paulo César Marin	9.511.575-6
Priscila Aparecida de Lima	8.118.642-1
Priscila de Paula Scheremeta	7.756.075-0
Rafael Renato Ribas	12.709.130-7
Ricardo Mendes da Luz	10.505.531-5
Roberto Dias de Siqueira	8.094.497-7
Ronice Bueno Marques	8.797.958-0
Rosângela Antunes Dorada	10.215.984-5
Roseane Dzierva Rogoski	8.541.684-7
Rosemari Schweigert	9.443.975-2
Sandra Aparecida Pereira	8.845.398-0
Silvia da Conceição Aracheski	564.029-5
Simone Rogalski Riffert	9.359.934-9
Suelen Bochenek	10.312.634-7
Tamires de Lima Astord	9.688.902-0
Tatiana Koubay do Amaral	6.778.530-4
Tiago Zagobinski de Freitas	10.214.694-8
Valter Palmeira Ramos	10.435.679-6
Viviane da Silva	9.767.299-7

Walkiria Santos Ponijalski 9.070.164-9
 Wilian Ferreira Guimaraes 11.169.208-4
 Palmeira, 22 de maio de 2012.

Luiz Carlos de Carvalho
Presidente da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social
Eliane de Paula
Presidente da Comissão de Concurso

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA

Decreto Legislativo nº 541/12

Ementa :- Referenda o Oitavo Termo Aditivo ao TC/PAC nº 0669/08 – que entre si celebram a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Palmeira
 Faço saber que a Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, na Sessão realizada no dia 15 de Maio de 2.012, aprovou, e eu, Max Vida Santos, Presidente, Promulgo o seguinte

Decreto Legislativo

Art. 1º - Fica referendado o Oitavo Termo Aditivo ao TC/PAC nº 0669/08 – que entre si celebram a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Palmeira, com a finalidade de prorrogar a vigência do Termo de Compromisso original, por mais duzentos e cinquenta dias (250), até 31/12/2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Maio de 2.012.

Max Vida Santos

Presidente

Ivano Cherobim

1º Secretário

Decreto Legislativo nº 542/12

Ementa :- Referenda o Termo de Convênio sob n. 002/2012 – PMP/DS/FMS que entre si celebram o município de Palmeira por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e Hospital de Caridade de Palmeira

Faço saber que a Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, na Sessão realizada no dia 29 de Maio de 2.012, aprovou, e eu, Mario Wieczoreck, Presidente, Promulgo o seguinte

Decreto Legislativo

Art. 1º - Fica referendado o Termo de Convênio sob n. 002/2012 – PMP/DS/FMS, firmado em 03/05/2012 entre o município de Palmeira por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e Hospital de Caridade de Palmeira, CNPJ nº 79.572.665/0001-20, no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), referente a subvenção que será repassada em 09 (nove) parcelas mensais, com o objetivo de viabilizar à conveniada o auxílio na manutenção dos trabalhos da entidade com aquisição de material de consumo, medicamentos e serviços de terceiros, conforme plano de aplicação anexo ao processo protocolado na Prefeitura sob nº 197/2012, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde na data de 31/01/2012 conforme deliberação nº 01/2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de Maio de 2.012.

Mario Wieczoreck

Presidente

Ivano Cherobim

1º Secretário

Resolução nº 087/2012

Ementa :- Aprova Regulamento de Avaliação de Desempenho dos funcionários públicos municipais e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, na Sessão realizada no dia 29 de Maio de 2.012, aprovou, e Eu, Mario Wieczoreck, Presidente, Promulgo o seguinte.

Resolução

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento de avaliação de Desempenho dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal de Palmeira, que será adotado quando dos critérios a serem exigidos para suas promoções ou reajustes salariais, o qual fica fazendo parte integrante desta Resolução, com os critérios e anexos que seguem.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de Maio de 2.012.

Mario Wieczoreck

Presidente

Ivano Cherobim

1º Secretário

Edital – Dispensa de Licitação nº 007 de 09/05/2012

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram concedidas pelo efetivo cargo, vem em conformidade



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005
PALMEIRA - PR

DECLARAÇÃO

Eu, Luiz Carlos de Carvalho, Presidente do Conselho Administrativo do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do município de Palmeira, Estado do Paraná, integrante da Comissão Especial de Concurso Público, designada através do Decreto Municipal n.º 7.740 de 15/04/2012, declaro para os devidos fins e para que surtam os efeitos legais que após encerradas as inscrições para o Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, nenhum dos responsáveis pelo certame e pela elaboração e/ou correção das provas (Comissão de Concurso e Banca Examinadora) não são: cônjuge, companheiro ou companheira, e parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, dos candidatos inscritos e que tiveram suas inscrições homologadas por meio do Comunicado n.º 002 - Homologação das Inscrições de 22/05/2012

E, por ser a expressão da verdade, firmo a presente sob as penas da lei.

Palmeira, 22 de Maio de 2012.



Luiz Carlos de Carvalho
Presidente do RPPS



COMUNICADO N.º 003 – ENSALAMENTO

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, Estado do Paraná, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1. Que a **Prova de Conhecimentos**, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada no dia **27 de maio de 2012, com início às 15 horas e término às 18 horas** (horário de Brasília).
2. Que a **Prova de Títulos** será aplicada no dia **27 de maio de 2012**, em consonância com a Prova de Conhecimentos e nos termos do título 8 do Edital n.º 001/2012 – Regulamentação do Concurso.
3. Que os candidatos deverão se apresentar no local da Prova de Conhecimentos **com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início da prova**, portando a Cédula de Identidade (original), caneta esferográfica azul ou preta, escrita grossa, lápis e borracha.
4. Que as portas de acesso aos blocos em que se realizarão as provas serão cerradas às **14h 55min**. Após este horário não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso de qualquer candidato aos locais de sua realização.
5. Que a Prova de Conhecimentos será realizada no **Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves**, situado na Rua Santos Dumont, n.º 268 – Centro – Palmeira – PR.
6. Que o ensalamento consta no Anexo Único deste Edital.

Palmeira, 24 de maio de 2012.


LUIZ CARLOS DE CARVALHO
Presidente da Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social

ELIANE DE PAULA
Presidente da Comissão de Concurso



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2012

EDITAL DE ENSALAMENTO - ORDEM ALFABÉTICA

Nome do Candidato	Identidade	Cargo	Local	Sala
Adriana Gorski Bredow	5.588.251-7	Médico Perito	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Adriane Maria Bach	11.103.031-6	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Adriel Felipe Soares	10.786.464-4	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Alan Danilo Moura	8.275.211-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Alessandra Bach	5.701.611-6	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Alessandra Marques Stadler	3.989.986-8	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Alessandra Preslhak	9.018.672-8	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Alessandro Levandovski Macedo	10.311.512-4	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Alessandro Ligeski	4.661.418-6	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Aline Aparecida Chugam Cuba	6.858.460-4	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Aline Bach de Almeida	9.485.519-5	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Amanda Fernandes	10.985.052-7	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Ana Carolina Baltazar Robes	10.588.588-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Ana Carolina D'avila	9.262.558-3	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Ana Paula Frast Barão	8.144.271-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Ana Paula Schuartz	3.126.371	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Ana Perla Galvão da Silva	7.905.669-3	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Ana Teresa da Cruz	6.390.247-0	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Anagaís Celícia Bagdinski	8.343.079-6	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Anagiza Bach Heinrichs	8.797.961-0	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
André Maurício Caxambu	4.584.617-2	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Andrea Caroline Martins	8.099.416-8	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Andréia Brunosky	9.733.965-1	Contador	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2012

EDITAL DE ENSALAMENTO – ORDEM ALFABÉTICA

Nome do Candidato	Identidade	Cargo	Local	Sala
Andressa de Oliveira Garcia	7.062.794.602	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Andrieni Caldas de Paula	8.958.222-9	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Anelize Zadra Pacheco	7.145.813-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Angelica Cristina dos Santos Viante	10.247.077-0	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Angélica de Lara Machado	10.983.464-5	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Anna Angélica Alves Moscalesky	9.051.130-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Anna Paula Cieslak	8.370.749-6	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Anna Sofia Woinarovicz	9.967.037-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Anne Marie Camargo Colaço	12.686.267-9	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Bianca Borges	10.276.976-7	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Bruna Ferrando	9.319.685-6	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Bruno Renan Miduski dos Reis	10.375.650-2	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Caio Glauco Cherobim	8.500.649-5	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Camila Fernandes dos Santos	8.372.794-2	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Carla Daiana de Souza	9.419.970-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Carla Daiane Bresciani	9.042.234-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Carlos Henrique Prestes	7.027.589-9	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Carlos Silvio Rupel Neto	8.764.102-3	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Cassiane de Fatima Biauki Stacoviaki	8.050.121-8	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Cátia Aparecida Gross	9.589.341-4	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Celso Henrique Lechinski Bedim	10.985.007-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Clarissa Chilanti Stella	7.059.724.067	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Cleber Passoni	6.415.629-2	Contador	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2012

EDITAL DE ENSALAMENTO – ORDEM ALFABÉTICA

Nome do Candidato	Identidade	Cargo	Local	Sala
Cleide Nara Donini	10.196.090-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Cleriton Assunção Rein	5.377.219-6	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Daiane Americano	8.958.269-5	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Daniel Roberto Balansin	8.797.396-4	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Daniele Borkoski	12.302.010-3	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Daniele do Nascimento	9.485.557-8	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Danielle Simão	9.222.763-4	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Daysi Baptista Pinheiro	10.786.473-3	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	4
Débora Puchalski Bronoski	8.959.139-2	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Denis Cezar Musial	10.077.599-9	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Denis Ferreira	12.956.948-4	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Denise Baggio	10.276.959-7	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Diego Ferreira da Mota	10.984.979-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Drieli Monise de Souza	10.345.544-8	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Edinéia Peppe Furtuoso	8.537.981-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Edson Francisco dos Santos	8.252.584-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Eduardo Traiano	7.995.285-0	Médico Perito	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Eliane Aparecida Blanc	9.066.130-2	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Eliane Aparecida Passos dos Santos	8.697.170-4	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Eliane de Barros Pinheiro	3.351.148-5	Médico Perito	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Eliane Padilha	9.688.908-9	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Elimar Scolimoski	7.002.106-4	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Elisa Carla Barletta	9.208.060-9	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2012

EDITAL DE ENSALAMENTO – ORDEM ALFABÉTICA

Nome do Candidato	Identidade	Cargo	Local	Sala
Elismara Vasco	8.384.462-0	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Elizangela Meira Breda	10.795.173-3	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Emerson Rafael Schartner	8.383.269-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Erica Mocelin Flugel	9.610.758-7	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Eriton Schon	8.221.508-5	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Eturi Visnieski	8.038.449-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Everson da Silva Rocha	9.631.190-7	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Everton Fernando Hegler	9.092.976-3	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Fabiani Ramos Bach	9.199.411-9	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Fabiano Kardek Oliveira Correia	6.178.886-7	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Fabiele Ribas	8.797.945-8	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Fabio Henrique da Silva	8.475.776-4	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Fábio Maurício Andreatto	7.005.890-1	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Fagner Talegnani	8.695.654-3	Contador	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Felipe Augusto Barcelos	9.051.121-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Felippe de Souza Costa	10.985.022-5	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Fernanda dos Santos	10.044.914-5	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Fernando José Alcântara Baggio de Oliveira	7.140.877-9	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Fernando José Oliva	5.802.918-1	Médico Perito	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Flavio Henrique de Freitas	11.073.884-6	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Franciely Zakrzewski	9.568.786-5	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Francine Albuquerque	6.285.366-2	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Francine Marchini Ferreira	7.657.169-4	Contador	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2012

EDITAL DE ENSALAMENTO – ORDEM ALFABÉTICA

Nome do Candidato	Identidade	Cargo	Local	Sala
Gabriel de Freitas Santos	7.716.391-3	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Gabriel Macedo	9.630.870-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Gabriele Cristina Carrilho dos Santos	9.551.372-7	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Gabriella Rocha Alves de Britto	10.101.978-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Geovane Zaleski	9.981.098-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Gisele Nogosek	8.505.939-4	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Glaci Teixeira	9.374.552-3	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Gleciellen Diniz Moscalesky Verbinski	9.032.985-5	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Grasielle de Santa Clara	9.704.757-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Guilherme Ristow Rolinski	11.029.469-7	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Guilherme Tobias de Freitas Oniesko	9.312.396-4	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Helder Rodrigues da Mota	349.421.225	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Heliton Gorte Padilha	9.491.933-9	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Hemerson Cassiano Laynes	11.169.237-8	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Hortência Mayer	8.500.310-0	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Isabel Mochenski	9.032.959-6	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	5
Isabela Futae Kawanishi	9.585.590-3	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Ivete Kuhn	4.902.412-6	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Jade Kruger	10.809.042-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Janinha Santana	7.724.992-3	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Jarbas Antonio Moura Junior	10.752.551-3	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Joanise Kusiak	5.392.690-8	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
João Paulo Santos Verbinski	8.724.094-0	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2012

EDITAL DE ENSALAMENTO – ORDEM ALFABÉTICA

Nome do Candidato	Identidade	Cargo	Local	Sala
João Victor de Santa Clara	9.204.740-7	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Jocilene Rebinski Szanoski	6.415.403-6	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Joelma Meneguel da Anunciação	7.287.873-6	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Jordano Cherobim	9.051.092-4	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
José Melo da Silveira	6.436.782-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Josele Rodrigues dos Santos Cury	6.255.763	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Joselia Ferreira Soares	6.112.379-2	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Josiane Muller	8.281.889-8	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Juliana Mayara Bastos Antunes	10.849.222-8	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Juliano Kapp de Oliveira	8.884.421-1	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Karina Conceição Dlugosz	9.485.506-3	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Karita Daiane Salles	9.767.279-2	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Kellen Veridiane Orchanheski de Andrade Lins	10.548.363-5	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Laurenice Levandoski	6.016.228-0	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Leandro Felipe Batista Ebel	9.738.087-2	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Leandro Levandovski Macedo	10.085.323-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Léia Cristina de Souza	8.236.757-8	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Leliane Aparecida Bedim	9.188.446-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Lenilson Ruppel	10.247.076-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Leon Louis Camargo Rolinski	11.029.554-5	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Lessandra da Silva	11.169.226-2	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Liliana Hubsch	7.553.517-1	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Lis Fátima Schimiguel	9.612.607-7	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2012

EDITAL DE ENSALAMENTO – ORDEM ALFABÉTICA

Nome do Candidato	Identidade	Cargo	Local	Sala
Lourdes Aparecida Torres	12.879.556-6	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Luanna Maria Krynski dos Santos	10.069.699-1	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Lucas Felipe Jacobs	644.740.935	Advogado	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
Lucas Levandoski Camargo	10.557.443-6	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Luciane Cochinski	6.178.886-2	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Lucimara Kieras Novak	8.937.594-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Ludimila Karine Schroeder	10.215.972-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Luiz Gustavo de Oliveira	9.392.060-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Luiz Henrique Novaki	10.435.348-7	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Mairon Vinicius de Paula Kuhn	8.502.096-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Marcelo Fritz	8.139.364-8	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Marcelo Osternack	4.951.319-4	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Marcia Regina Wansovicz Matozo	3.988.116-0	Assistente Social	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Marcia Vantropa Nepomoceno Monegate	7.027.593-7	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Marcos Ribas	6.153.590-0	Contador	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Marcos Vagner Burke	13.233.100-6	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Maria Alice Freitas Slusarz	4.823.245-0	Auxiliar de Serviços Gerais	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	3
Maria da Graça Sampaio	6.302.909-2	Contador	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	2
Maria Isalete Swiech Wendler	4.851.532-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Mariane Schweigert	9.568.839-0	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Marília de Amorim	9.947.872-1	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	6
Marilis Pereira da Cunha	8.266.655-9	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	7
Mario Thiago Scheidt	12.401.017-9	Técnico Administrativo	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	7